



ANAIIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 020

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE MARÇO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 020

19ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 10

Pequeno Expediente:

Dep. Jonas Guimarães 10

Dep. Chico Noroeste 11

Dep. Douglas Fabrício 12

Dep. Plauto Miró 14

Dep. Dr. Batista 15

Grande Expediente:

Dep. Marcelo Rangel 16

Dep. Jocelito Canto 17

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Chico Noroeste 11

Liderança do Bloco PPS/ PMN

Dep. Douglas Fabrício 13

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano 18

Liderança do PMDB

Dep. Caíto Quintana 19

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 20

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 22

Liderança do PT

Dep. Professor Lemos 23

Liderança do Governo

Luiz Claudio Romanelli 25

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 28

Discussão/Votação

3ª Discussão 28

2ª Discussão 28

Discussão Única (Proposições) .. 28

Requerimentos 31

Explicações Pessoais:

Dep. Marcelo Rangel 35

Dep. Valdir Rossoni 36

Dep. Jocelito Canto 36

Dep. Ney Leprevost 37

Encerramento da Sessão 39

Publicações:

Comissão Executiva

Indicações Legislativas 39

DIÁRIO Nº 020

19ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2009

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Chico Noroeste.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artágão Júnior, Beti Pavin,

Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (51).

Ausentes os Srs. Deputados: Luiz Eduardo Cheida e Stephanes Júnior (02).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Nelson Justus (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

OFÍCIO N° 011/09 - Interno

Curitiba, em 16/03/09.

Senhor Presidente:

Através do presente, comunico à V. Exa. que em virtude da entrega da ordem de serviço para recuperação do trecho entre Palmital e Laranjal, na região central do Estado, precisei ausentar-me da Sessão Plenária realizada nesta Casa de Leis na última quinta-feira (12 de março).

Destaco que a solenidade havia sido previamente agendada de modo que, como representante desta região junto ao Governo do Estado, minha presença neste evento tornou-se imprescindível.

Sem mais para o momento, agradeço pela atenção e coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

Indicações

INDICAÇÃO N° 225/09

SÚMULA:

Solicito que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Espigão Alto do Iguaçu.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ribas Carli Filho dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1. Que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Espigão Alto do Iguaçu.

2. A solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para frequentar as aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

INDICAÇÃO N° 226/09

SÚMULA:

Solicito que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Engenheiro Beltrão.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ribas Carli Filho dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1. Que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Engenheiro Beltrão.

2. A solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para frequentar as aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

INDICAÇÃO N° 227/09

SÚMULA:

Solicito que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Cruz Machado.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ribas Carli Filho dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1. Que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Cruz Machado.

2. A solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para frequentar as aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

INDICAÇÃO N° 228/09

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, que seja destinado ao Município de Laranjeiras do Sul uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente Indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao Município de Laranjeiras do Sul, de uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Governador do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da Saúde da Mulher e da Criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no Município de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

INDICAÇÃO N° 229/09

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, que seja destinado ao Município de Iporã uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente Indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao Município de Iporã, de uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Governador do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da Saúde da Mulher e da Criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

INDICAÇÃO N° 230/09

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, que seja destinado ao Município de Londrina uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente Indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao Município de Londrina, de uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Governador do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da Saúde da Mulher e da Criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

INDICAÇÃO N° 231/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria de Educação a implantação de curso profissionalizante em Paranavaí.

Ao Sr. Governador e a Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de ser proposta ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação a implantação de um curso profissionalizante no Colégio Estadual Flauzina Dias Viegas, em Paranavaí.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

Na região Noroeste do Paraná o Município de Paranavaí é referência nas áreas da educação e da economia. Esses dois fatores transformaram essa cidade em pólo natural de atração de trabalhadores de baixa-renda, que se mudam para esse Município na esperança de encontrar melhores oportunidades para si e para seus familiares.

Por essa razão, em Paranavaí tem crescido significativamente o número de adultos que constituem mão de obra sem qualquer qualificação, somando-se a contingente já significativo de trabalhadores ociosos e desempregados.

Em face disso, desnecessário alinhar aqui a utilidade que teria a implantação de curso profissionalizante no colégio estadual.

Certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, apresentamos o nosso pleito a V. Exas., na esperança de que essa medida de verdadeira justiça social seja implantada no Município de Paranavaí.

Requerimentos

REQUERIMENTO N° 997

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência na Sessão do dia 16 do mês corrente, por motivos de saúde.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO N° 974

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Dulce Menezes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 975

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ironir Pinto da Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 976

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sr. Leocádio Lourenço de Jesus, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 977

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Lidia Dobis, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 978

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sr. Pedro Goes de Souza, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 979

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sr. Iran Salles Rosa, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 980

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sr. Alfredo Arcanjo do Nascimento, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 984

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário Sr. Eulito Zanetti falecido no último dia 07 do corrente nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu no último dia 07 nesta Capital aos 84 anos de idade, o Sr. Eulito Zanetti, deixou viúva Dona Clotilde Bernal Zanetti, três filhos e três netas.

O passamento do Sr. Eulito Zanetti, veio entristecer profundamente não apenas seus familiares, mas seus colegas e amigos e dentre eles este Parlamentar. Aceite pois dileto amigo Eulito Zanetti, nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso, para que lhe dê o merecido repouso e descanse em paz.

Imploramos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Eulito, encontra na fé a na esperança, consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se a dor que abalou a família de Eulito Zanetti, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que todos conforte.

REQUERIMENTO N° 985

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário Sr. Enael Veiga Arantes falecido no último dia 06 do corrente nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu no último dia 06 nesta Capital aos 76 anos de idade, o Sr. Enael Veiga Arantes, deixou viúva Dona Lourdes Maria Faria, dois filhos e quatro netos.

O passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida entre seus parentes, amigos e dentro os quais nos incluímos.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

É com muita tristeza que todos nós paranaenses nos despedimos do Sr. Enael Veiga Arantes sem medo de errar, podemos afirmar que, pela lúcida visão com a qual analisava seu comércio e por sua capacidade de vislumbrar cenários futuros. O Sr. Enael Veiga Arantes do alto de seus 76 anos se foi prematuramente.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Arantes endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 982

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, afim de ficar para posteridade, voto de congratulações e aplausos a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-E.C.T., pela passagem de seus 40 anos de existência.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Sr. Itamar Ribeiro, Diretor dos Correios do Estado do Paraná, para que receba e transmita a todos os companheiros do Correio.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos E.C.T., no Estado do Paraná, nunca esteve tão eficiente no Estado do Paraná como atualmente, no momento em que o agronegócio do Paraná vem aumentando diariamente, razão por que o Correio efetivamente vem sempre cumprindo a responsabilidade social com todos os seus trabalhos, com gestão profissional e nas metas de qualidade produtiva para a promoção humana e social, durante os 40 anos de existência.

Este é um reconhecimento, e também uma alegria da sociedade Paranaense pelo trabalho construtivo dos Correios do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 983

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos, ao município de União da Vitória pela passagem, no próximo dia 27/03/09, de seus 119 anos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Carlos Alberto Jung, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Warrib Motta, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população do Município de União da Vitória, com grande alegria, estará comemorando seus 119 anos, no próximo dia 27/03/09, e, temos certeza, com grandes festividades.

Do Livro do saudoso Cleto da Silva, em seus Apontamentos Históricos com referência ao Município de União da Vitória, 1768 - 1933, iremos transcrever o seguinte:

Ponte Provisória sobre o Iguassú

A 26/11/1906, era inaugurada a ponte provisória sobre o rio Iguassu, em União da Vitória, para a passagem dos trens da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

Esse ato foi extraordinariamente festejado, tendo vindo a banda Municipal de Ponta Grossa, então sob a regência de João Holzmann e contra-mestre o clarineta Antonio Cardoso de Paula.

O hotel, à margem direita do Iguassu, de propriedade do Capitão Sebastião Matoso, regorgitava de populares.

Toda a cidade compareceu a essa solenidade. Todo mundo estava realmente satisfeito com o grande melhoramento que trazia à localidade e a toda zona em geral esse fato.

A primitiva Estação, nessa ocasião, estava localizada à margem direita do Iguassu, em terrenos do Coronel Amazonas Marcondes.

Dessa Estação, era então o Agente, o Sr. Egidio Piloto, anos depois, assassinado em Curitiba, quando exercia as funções de Tesoureiro da mesma Companhia São Paulo-Rio Grande.

Por ocasião da inauguração da ponte referida. o professor Serapião do Nascimento, entusiasmado com esse acontecimento, fez espalhar profusamente pela cidade, os lindos versos de suas lavra: União da Vitória

“Selvagem qual bugre nu:

Banhado pelo Iguassu

A beira dele nasceste,

Linda cabocla indolente

A dormir em mata ingente,

Entre colinas crescestes!

Como creança da roça,

Foi teu berço uma palhoça

Erigida em férteis zonas,

Foi teu primeiro luzeiro,

O vaporzinho Cruzeiro

Do Coronel Amazonas!

Qual cordilheira dos Andes
 Vasada em cadinhos grandes
 Cogitavas inativa!
 Então ribombou por tudo
 Assim como um grito agudo,
 A voz da locomotiva.

Do ventre a soltar fumaça
 Ei-la ligeira que passa
 Do Estado na maior ponte:
 É o progresso nos trilhos
 Em procura de outros brilhos
 De cintilante horizonte!

Eis a cabocla bendita
 Agora, rica e bonita
 De pé, no banco da glória
 Cercada de lindas flores
 A som de cantos de amores,
 Eis a União da Vitória!

O Congresso Legislativo do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º É desmembrado do Estado do Paraná, para construir uma nova unidade da Federação Brasileira, com a denominação do Estado das Missões, o território compreendido entre os rios Iguassú e Negro, ao Norte, a Sueste e Serra do Mar, seus contrafortes e o rio das Canoas, ao Sul o rio Uruguai e a Oeste os rios Peperiguassú e Santo Antonio.

Parágrafo Único. A Capital do novo Estado ficará sendo a cidade de União da Vitória.

Art. 2º Preenchida a formalidade da aprovação desta resolução pelo Congresso Legislativo do Estado em duas Sessões anuais ordinárias, sucessivas, nos termos dos artigos 2º da Constituição do Estado, e 4º da Constituição Federal, o Presidente do Estado por meio de representação, a submeterá a aprovação do Congresso Nacional, de acordo com o disposto nos artigos citados.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05/12/1916.

(a) CLETO DA SILVA

Acordo Paraná-Santa Catarina

A 20/10/1916, é estabelecido entre o Paraná e Santa Catarina, o acordo para a solução da questão de limites entre esses Estados, ficando assim bipartido o território chamado o Contestado; bem como dividida a cidade de União da Vitória pelos trilhos da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

As Leis nºs 1552 e 1559, de 1916, do Estado do Paraná, crêam diversas escolas nos lugares Palmital, Paula Freitas, Véra Guarany, na Comarca de União da Vitória.

O Decreto nº 638 de 25/07/1916, remove o promotor publico de União da Vitória, Dr. Vicente Machado Junior, para a promotoria da Comarca de Tibagi.

O Decreto nº 638 de 25/07/1916, nomeia o Dr. João Tulio Marcondes de França, para o cargo de promotor público de União da Vitória.

Ofereceu-se-nos esta oportunidade da nomeação do Dr. Tulio de França para o cargo de promotor público da terra de nascimento, para dizermos que além de cultor do direito, era ele também poeta como o seu irmão Cícero França.

De Tulio França são os maviosos versos:

CRUZ

À margem dessa longa estrada curva
 E sem rumor, eu, descrente, supuz
 Que até não fosse, a vista quasi turva,
 Que não fosse uma cruz.

Turbado o sonho, o coração tremente,
 Pensei então que aqueles braços nós
 Estivessem a rir profundamente...
 Que não fosse uma cruz.

Mas ai! doce clarão depois me veio;
 Em meu olhar se fez de novo a luz.
 E assim de dor e de remorsos cheio
 Vi bem que era uma cruz.

Saudade, amor, recordação sincera...
 Tudo emfim! Tudo quanto é dor, traduz,
 Nessa feral solidão de tapéra,
 Tristemente uma cruz.

Enxergando esse frio e triste cerne
 Que lembra uma ilusão, a dor, Jesus...
 Quem haverá que então não se consterne
 Enxergando uma cruz?

NOTA - O Dr. João Tulio Marcondes de França nascido em União da Vitória, no ano de 1888, faleceu no Distrito de Pinhão, do Município de Guarapuava no ano de 1930.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado sente-se orgulhoso em parabenizar as autoridades constituídas do Município, bem como a população em geral pelo transcurso de seus 119 anos.

REQUERIMENTO Nº 993

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de congratulações à S. Exa. Revma. Dom Jaime Luiz Coelho, pelos seus 50 anos de trabalho Episcopal e pelos 62 anos de Sacerdócio, realizado no último dia 12 de março.

Sala das Sessões, em 17/03/06.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 999

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, para que fique registrado para posteridade na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Sr. Jefferson Nogaroli, eleito Presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE.

Requer, outrossim que da decisão da Casa seja dada ciência ao Sr. Jefferson Nogaroli, para que receba e transmita a todos os companheiros da Diretoria.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoioamento:

Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

O SEBRAE do Estado do Paraná está entre as cadeias produtivas das soluções para que as pequenas empresas, que no momento entre as maiores geradoras de empregos da economia do Paraná, não somente para envolver muitos agentes econômicos, mas principalmente por operar com vidas. As pequenas empresas estão no campo, nas cidades, nos supermercados, nas estradas, dentro de casa, ajudando a administrar a sua ida e a sua família. Muito mais do que um modelo econômico que gera emprego e distribui renda, o sistema SEBRAE vem se destacando não só como importante referência tecnológica e de produção, mas também de cidadania e promoção humana e social.

Por esta razão, felicitamos toda a nova Diretoria Presidente eleito Conselho Deliberativo - Sr. Jefferson Nogaroli Diretoria Executiva:

Diretor-Superintendente - Sr. Allan Marcelo de Campos Costa;

Diretor-Técnico - Sr. Julio Cezar Agostini;

Diretor de Administração e Finanças - Sr. Vitor Roberto Tioqueta do SEBRAE do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 995

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja encaminhada ao Exmo. Sr. Presidente do Colégio Brasileiro de Radiologia, após ouvido o douto e soberano Plenário, a aprovação de moção de apoio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para que a cidade de Curitiba seja a sede fixa do Congresso Brasileiro de Radiologia.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, pois Curitiba está pleiteando ser a sede fixa do Congresso Brasileiro de Radiologia, concorrendo com outras cidades brasileiras e esta moção será fundamental importância para uma definição em favor de Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 981

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Evandro Vianna - Diretor-Superintendente da Empresa Rodovia das Cataratas, solicitando com a máxima urgência que seja concedido a isenção da cobrança de pedágio do ônibus de transporte escolar de placas AAF-6891, que faz o trajeto do município de Santa Terezinha de Itaipu ao Município de São Miguel do Iguaçu, conforme abaixo-assinado encaminhado por diversos estudantes que cursam vários cursos na Uniguaçu - Faculdade de Ensino Superior de São Miguel do Iguaçu.

Tal pedido, prende-se ao fato de que em anos anteriores este veículo era isento da cobrança do pedágio, conforme cadastro nesta empresa. Com esta cobrança vários estudantes encontram-se em situação financeira difícil, pois há um aumento significativo nas despesas com seus estudos.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 986

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM aos Srs. Governador do Estado, Roberto Requião e ao Secretário Chefe da Casa Civil Dr. Rafael Iatauro, que seja procedida a imediata entrega dos ônibus adquiridos pelo Governo para o transporte escolar no Estado, estacionados em frente ao Palácio Iguaçu desde o início deste mês, e também que sejam adquiridas novas unidades, de modo a contemplar todos os Municípios paranaenses com no mínimo 03 (três) veículos por Cidade independentemente do número de crianças matriculadas nas escolas públicas, adotando-se, a partir deste número, para a distribuição dos demais ônibus necessários para cada municipalidade, o critério da proporcionalidade em relação às crianças matriculadas no ensino público e que necessitem de transporte escolar gratuito.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(aa) VALDIR ROSSONI, MARCELO RANGEL, RENI PEREIRA, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO E FERNANDO SCANAVACA.

REQUERIMENTO Nº 1001

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido da Sra. Tânia Mara Vodonis, que pede uma solução para o problema ocasionado por essa SANEPAR ao executar obras na esquina da avenida Colombo com a Rui Barbosa, no Município de São José

dos Pinhais. Ocorre que em decorrência de obras realizadas na rede de esgoto, o local foi rebaixado e com isso enormes ratos estão saindo para a rua e invadindo as residências, principalmente uma funerária existente na esquina. A situação encontra-se crítica e os moradores apavorados pelo perigo de contaminação de doenças. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a Sra. Izabel, que reside no local.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1000

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, REQUEREM ao Chefe da Casa Civil, Dr. Rafael Iatauro e ao Sr. Rafael Greca de Macedo, Diretor-Presidente da COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná, a prestação de informações complementares às respostas apresentadas pela empresa em atendimento ao solicitado conforme requerimento aprovado em Plenário na data de 16/02/09, conforme segue:

Justificar, em relação às áreas adquiridas pelos Municípios e doadas à COHAPAR (uma a uma), porque ainda não foram iniciadas as respectivas obras, uma vez que da relação apresentada constam doações feitas a partir de 2006.

Relativamente às obras iniciadas qual o prazo previsto para conclusão de cada uma delas?

As obras em execução estão sendo desenvolvidas dentro do cronograma previsto? Quantas estão em descompasso com os prazos previstos inicialmente?

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, MARCELO RANGEL, PLAUTO MIRÓ, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, RENI PEREIRA E VALDIR ROSSONI.

REQUERIMENTO Nº 1003

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações a Secretaria de Estado da Justiça solicitando a seguinte informação:

Quais as ações que efetivamente o Governo do Paraná, através da Secretaria de Justiça e Cidadania, esta tomando para estruturação do Quadro Funcional da Carreira da Defensoria Pública?

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(aa) ROSANE FERREIRA, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO BELINATI, RIBAS CARLI FILHO, ELIO RUSCH, LUCIANA RAFAGNIN E BETI PAVIN.

JUSTIFICATIVA:

Fundamentação Jurídica do Pedido:

Constituição do Estado do Paraná

Art. 55. A Mesa da Assembleia Legislativa poderá encaminhar pedidos escritos de informações aos Secretários de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no inciso XXXIV do artigo 54 desta Constituição, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de 30 dias, bem como a prestação de informações falsas. (Grifo nosso).

Art. 54. *Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:*

XXVII - *fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta;*

XXXIII - *convocar, por si ou qualquer de suas comissões, Secretários de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados ao Governo do Estado para prestarem, pessoalmente, informações sobre o assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada;*

Seção V

Das Comissões

Art. 62. A Assembleia Legislativa terá Comissões Permanentes e temporárias constituídas na forma e com as atribuições previstas nesta Constituição, no Regimento Interno, ou no ato de criação, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - *solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;*

VI - *apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.*

Regimento Interno da Assembleia Legislativa

Art. 18. À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

XIX - *encaminhar aos outros poderes e outras autoridades requerimentos de informações;*

Art. 28. Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais Comissões, no que lhes for aplicável, cabe:

IV - *encaminhar, através da Mesa, pedidos de informação a Secretários de Estado e outras autoridades;*

Art. 29. A Assembleia, depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes, dentro de 15 dias.

§ 1º Às Comissões Permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

X - *solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão para prestar informações;*

XIII - *convocar Secretários de Estado para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.*

Art. 130. Serão escritos e independem de discussão e votação, sendo despachados pelo Presidente, de ofício, os requerimentos de qualquer Comissão, solici-

tando audiência de outras, sobre qualquer assunto, bem como os requerimentos de informações oficiais.

Projetos de lei

PROJETO DE LEI Nº 094/09
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, à Associação dos Deficientes físicos do Paraná, do imóvel constituído pelo lote de terreno “H-1, subdivisão do lote H, do croquis 4.777 da Prefeitura Municipal de Curitiba, conforme Matrícula nº 44.458, de Registro Imobiliário da 3ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O referido imóvel já é utilizado pela Associação dos Deficientes Físicos do Paraná - ADFP, há mais de 20 (vinte) anos, sendo objeto do comodato, o que restringe sobre maneira a possibilidade de expansão e obras de melhorias físicas no imóvel, daí a necessidade desta doação, que fará justiça a uma situação fática duradoura, qual seja a utilização plena do imóvel pela referida associação, ademais junta-se um breve histórico da entidade com toda a documentação comprobatória da idoneidade da mesma.

PROJETO DE LEI Nº 095/09
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo da Lei nº 15426 de 15/01/07 passa a vigorar com seguinte redação:

“Art. 1º...

...

a) manutenção do nível de emprego e vedação de demissões sem justa causa;

b) ...

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

JUSTIFICATIVA:

A redação do artigo 1º, alínea “a” da Lei nº 15426 de 15/01/07 apresenta imprecisão, inclusive jurídica, no que se refere ao termo utilizado para definir demissões sem justificativa pelas empresas beneficiárias de incentivos fiscais.

PROJETO DE LEI Nº 096/09
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica acrescido o parágrafo único ao artigo 22, da Lei Estadual nº 15608 datada de 16/08/07, que passa a vigorar com o seguinte teor, mantendo-se os demais artigos inalterados:

Parágrafo Único. Ficam proibidas de efetuar cadastro e credenciamento e portanto de licitar, as empresas que tenham como sócios majoritários, dirigentes partidários ou seus parentes de 1º grau. Entendido como dirigentes partidários o Presidente, Tesoureiro e Secretário Executivo, de Diretório ou Comissão Provisória.

Art. 2º Os demais artigos permanecerão com a redação inalterada.

Art.3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa atender ao princípio da moralidade dos atos administrativos, impedindo que haja ou venha a ocorrer influência qualquer que seja na lisura do procedimento licitatório em nosso Estado, afastando os interesses individuais privados na esfera pública.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Jonas Guimarães.

Deputado Jonas Guimarães (PMDB)

O SR. JONAS GUIMARÃES

Sr. Presidente Augustinho Zucchi, Dr. Batista, Chico Noroeste, compondo a Mesa.

Venho a esta tribuna falar a um cidadão de nome Pedro Ribeiro, da revista Documento Reservado. Ontem eu usei esta tribuna para dizer aonde estivemos na quinta-feira, justifiquei a minha ausência na Sessão de quinta-feira, vou repetir que estivemos em Maringá. E para esse cidadão, que a imprensa preste bem atenção àquilo que estamos dizendo, para que depois não venha colocar no site, nas revistas, informações desencontradas.

Eu disse ontem aqui nesta tribuna que estivemos em Maringá junto com o Vice-Governador Orlando Pesutti lá na CEASA, levando recursos de R\$ 800 mil para o melhoramento da CEASA de Maringá. Depois estivemos em Cianorte inaugurando um trevo, uma galeria, que o Governo investiu mais de R\$ 1 milhão e 700 mil. Depois estivemos em Umuarama, na abertura da exposição de Umuarama, e brinquei com o Presidente Nelson Justus

que não estava aqui na quinta-feira não era porque eu estava comemorando a vitória sobre o Atlético aqui de Curitiba, Cianorte, o nosso time, ganhou do Atlético na quarta-feira. Mas que fique bem claro, na quarta-feira eu participei, sim, daquela Sessão Plenária, ocupei o lugar de 1º Secretário na hora da eleição da PEC do Emprego. Eu fui convocado para presidir a Comissão da PEC, participei das reuniões e participei da Sessão da votação.

Então, quero deixar claro para o Sr. Pedro Ribeiro, que escreveu no seu site, na sua revista, que teve desculpas de Deputados, citou o meu nome: “Deputado Jonas Guimarães vem com desculpa contundente, afirmou que não pôde comparecer na quarta-feira porque teve que comemorar a vitória do Cianorte sobre o Atlético Paranaense”. Não foi isso que eu disse. Eu disse que quinta-feira não pude estar na reunião porque estava viajando com o Vice-Governador, a Maringá, Cianorte e Umuarama. Então, que fique bem claro para que não tenha informação desencontrada. Eu participei, votei favorável à PEC e participei da Sessão de quarta-feira.

Quero aproveitar esta oportunidade para anunciar a presença do Vereador de Cianorte, dos três Vereadores de Cianorte, Waldomiro, Serginho e o Dada. São nossos amigos, fazem parte da nossa base de Cianorte, inclusive o Serginho foi o Vereador mais votado de Cianorte, teve quase 3 mil votos. Parabéns, Serginho. Agradeço a presença de vocês, sejam bem-vindos a esta Casa.

Somente isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, segundo orador inscrito, Deputado Chico Noroeste.

Deputado Chico Noroeste (PR)

O SR. CHICO NOROESTE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vou começar justificando a minha ausência na Sessão de quinta-feira passada. Acompanhamos o Governador Roberto Requião à Cidade de Foz do Iguaçu, onde ele anunciou - e voltando ao pronunciamento que fizemos aqui, falamos que o Governador Roberto Requião iria repassar ao Município de Foz do Iguaçu R\$ 4 milhões e 500 mil, para ajudar na conclusão do hospital municipal.

O Governador lá esteve e, para nossa surpresa, surpresa agradável, ao visitar o hospital, inclusive o Deputado Dobrandino também se encontrava lá, o Governador nos deu uma notícia agradável. Disse que repassaria ao Município de Foz do Iguaçu não somente os 4 milhões, mas quando questionado pela imprensa, ele disse a todos que repassaria os investimentos suficientes para a conclusão do hospital municipal e também para os equipamentos mais pesados. Superará os R\$ 10 milhões.

Fiquei muito satisfeito, porque o Prefeito de Foz do Iguaçu nos disse que esse hospital estará pronto, concluído e equipado num prazo máximo de cinco meses.

Portanto, do ponto de vista de investimentos com relação à Saúde e mais especialmente ao hospital municipal, creio que a população de Foz do Iguaçu ficou satisfeita, ficou agradecida. Portanto, fazendo um coro com a população de Foz do Iguaçu...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PTB/PR

O SR. CHICO NOROESTE

Gostaria de solicitar o horário da liderança.

(**Assentimento**)

Fazendo coro com a população de Foz do Iguaçu, gostaria de dizer ao Governador Roberto Requião, ao Governo do Estado, o nosso muitíssimo obrigado. Agora, é uma fase importante que certamente iremos superar, mas continuo na tese de que aquele hospital, sendo construído numa segunda fase, com recursos do Governo do Estado, por determinação do Governador Roberto Requião, o Município repasse ao Estado e que seja transformado em hospital regional, porque suas características já são de hospital regional.

O hospital municipal, hoje, embora tenha o nome de hospital municipal, não atende somente a população de Foz do Iguaçu, atende também aos brasiguaios e a região do extremo Oeste do Paraná. Defendo uma verdadeira parceria entre o Governo do Estado, o Município de Foz do Iguaçu e outros Municípios, ambos somando força e esforços, dividindo custos e responsabilidade, no sentido de que nossa população da região de Foz do Iguaçu seja atendida da melhor maneira possível.

Outro assunto que vamos tratar diz respeito à Copa do Mundo do ano de 2014. Como V. Exas. sabem, aprovamos aqui na Assembleia Legislativa um requerimento destinado ao Presidente do comitê, Vice-Governador Orlando Pessuti. Na sequência, conversamos duas vezes sobre essa preocupação de que ele pudesse acatar o nosso requerimento.

Quero registrar o bom senso, a sensibilidade do Vice-Governador e Presidente do Comitê Pró-Copa do Mundo do ano de 2014, acatando o nosso requerimento e enviando para Foz do Iguaçu o Secretário Executivo, para que pudéssemos fazer lá uma reunião com as mais diversas entidades representativas, tanto comerciais quanto de classe. Oportunidade que fizemos a nossa explanação, registrando aqui a boa receptividade, a adesão de todas as entidades. A nossa missão lá era que, naquele momento, fosse formado um comitê regional em Foz do Iguaçu e desse comitê pudessem sair três componentes para o comitê estadual. E os nomes já foram indicados.

Quero registrar a correspondência do Conselho Municipal de Turismo, destinado ao Vice-Governador Orlando Pessuti, que diz:

(Lê):

“Ao Sr.
Orlando Pessuti
Vice-Governador
Estado do Paraná

OFÍCIO N° 027/09

Foz do Iguaçu, 11/03/09.

Ref. Indicação das entidades representantes de Foz do Iguaçu no Comitê Executivo para Assuntos da Copa do Mundo de 2014.

Sr. Vice-Governador

Cumprimentando primeiramente V. Sa., pela confiança delegada a este colegiado, informamos que o Conselho Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu (COMTUR), reuniu-se com suas entidades/membros com o objetivo de dar continuidade à reunião ocorrida em sete de março do corrente ano, na sede da Associação Comercial de Foz do Iguaçu, a qual tratou sobre a participação do Município no Comitê Executivo da Copa de 2014.

A reunião ocorreu em dez de março, na sede deste colegiado, através de reunião extraordinária com os membros do COMTUR e convidados, com o objetivo de indicar os representantes de Foz do Iguaçu ao Comitê Executivo para Assuntos da Copa do Mundo de 2014, onde foram indicadas pelos presentes as entidades relacionadas abaixo:

Titulares

Conselho Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu (COMTUR) - Sr. Newton Paulo de Abreu Angeli (Presidente)

Secretaria Municipal de Turismo - Sr. Felipe Santiago Gonzales (Secretário Municipal de Turismo)

Itaipu Binacional - Sr. Gilmar Piolla (Superintendente de Comunicação Social)

Suplentes

Foz do Iguaçu Futebol Clube (FIFC) - Sr. Arif Ahmad Osman (Diretor Financeiro do Foz do Iguaçu Futebol Clube)

Instituto Pólo Iguassu - Sr. Faisal Saleh (Presidente Executivo)

Iguassu Convention e Visitors Bureau (ICVB) - Sr. Ênio Eidt (Presidente)

Sentimos-nos honrados em poder contribuir para um evento de tamanha magnitude e importância para o desenvolvimento de nosso Estado e País. Agradecemos à confiança e nos colocamos a disposição para eventuais esclarecimentos.

Sendo o que se oferecia para o momento.

Atenciosamente,

(a) NEWTON PAULO ANGELI

Presidente”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Foz do Iguaçu quer com isso, neste momento, ajudar Curitiba para que ela seja, efetivamente escolhida como uma das Cidades para sediar os jogos da Copa do Mundo de 2014.

E, na sequência, queremos que a Cidade de Foz do Iguaçu seja uma das subsedes do Estado do Paraná.

O que queremos com isso, Deputado Reni Pereira? Queremos, a princípio, sendo subsele, investimentos no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu. Queremos, de uma vez por todas, a duplicação da BR-469, Rodovia das Cataratas, como é mais conhecida, que seja concluída e realizada. Entre outros projetos que também consideramos importantes estão os investimentos em Segurança e Saúde.

Queremos neste momento dar essa contribuição à Cidade de Foz do Iguaçu, que está preparada e tem a sua experiência. Foz do Iguaçu tem condições de receber bem os seus turistas, porque ela tem a sua experiência. Tenho certeza que seleções podem ir para Foz do Iguaçu, dos mais diversos recantos do mundo.

Além dos investimentos que citamos aqui, iremos ganhar também com a mídia estadual, nacional e também em nível internacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado a V. Exa.

Ainda no Pequeno Expediente, concedo palavra ao Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Augustinho Zucchi, que preside os trabalhos nesta tarde, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Quero utilizar este horário para deixar registrado nos Anais desta Casa, também um agradecimento, que falamos e cobramos por muito tempo, sobre aquela famosa Estrada Boiadeira.

Ontem, foi comentado aqui pelo Deputado Jonas Guimarães. Relembrar um pouco a história dessa estrada, que por muitos anos foi uma luta de muita gente. Ela tem 595 quilômetros, dos quais mais de 400 já foram feitos, por aquelas pessoas que estavam, no poder naquele momento.

Deixar o registro de agradecimento a todas as pessoas, aos ex-Prefeitos da nossa região de Campo Mourão, aos ex-Vereadores, aos ex-Deputados que estiveram aqui e em Brasília, defendendo o interesse daquela região.

Lembrar também do nosso primeiro discurso aqui na Assembleia Legislativa, cobrando o reinício das obras na Estrada Boiadeira. Lembro-me muito bem que fui aparteado pelo Deputado Waldyr Pugliesi, que hoje preside o PMDB neste Estado, que disse naquela época da importância dessa estrada. Ele que foi Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, disse que era também uma luta dele, para que essa obra fosse concluída. O Deputado Elton Welter também falou à época. Ele que é do PT, falou da importância da obra da Estrada da Boiadeira, que é federal.

Passaram-se muitos anos que ela ficou parada.

Diziam que estavam com problemas na Justiça. Resolveram esse problema e um dos trechos recomeçou.

Quero deixar claro que agora, como ela recomeçou, é o resultado do trabalho de muita gente que estava no poder e hoje também. Vamos destacar as pessoas que estão no poder: os Vereadores atuais, os Prefeitos, os Deputados que fizeram com que essa obra recomeçasse. Só que temos que deixar uma coisa clara também, na minha opinião, que é obrigação de quem está no poder, de trabalhar para melhorar as condições de vida da população. É obrigação de Vereadores que ganham para isso; é obrigação de Prefeitos que ganham para isso; é obrigação de Deputados que ganham para isso. Então, não é mérito, é obrigação. Mérito, no meu entender, devemos dar às entidades, por exemplo, às associações comerciais que fizeram movimento para que essas obras recomeçassem; as Lojas Maçônicas, os Rotaries Clubes, os Lions Clubes, os sindicatos, ONGs que muitas vezes fazem trabalhos voluntários.

Claro que temos que fazer o registro. Participei de uma reunião em Maringá com o Deputado Federal Ricardo Barros e Osmar Serraglio, e vários Deputados Estaduais, logo no início do nosso mandato, tratando da Estrada Boiadeira.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PPS/PMN

Naquela reunião, falamos de projetos importantes para a macrorregião, dentre os quais o aeroporto de Maringá. Então, as pessoas que participaram daquela reunião têm o mérito.

Estivemos falando com o Ministro Paulo Bernardo, para que essa obra recomeçasse. Falamos em Campo Mourão e também em Brasília; falamos com o Superintendente David Gouveia e ele esteve em nosso gabinete, junto com o Deputado Jonas Guimarães que nos ajudou também nessa luta, para que a Estrada Boiadeira recomeçasse. Uma luta de muita gente.

O que temos que deixar de pedido aos Governos de plantão? Que continuem cobrando para que a obra continue sendo feita. Porque agora é só um trecho, tem mais dois e esperamos que sejam concluídos, se Deus quiser, ainda no mandato do atual Governo. Todos os Deputados Estaduais, independente de partido, nos ajudaram para que essa obra recomeçasse. É um sonho daquela região.

Não participei da foto de recomeço da obra, até porque para recomeço e inauguração de obra, Deputado de oposição não é convidado, mas o mais importante é que temos a postura na Assembleia Legislativa de cobrar, de mostrar o que está sendo feito e o que não está sendo feito.

Falei das entidades envolvidas e quero aproveitar para agradecer a presença da professora Martha, da Associação Comercial de Campo Mourão, e em seu nome quero também agradecer todas as pessoas da Associação

Comercial, todos os empresários, o Presidente da Associação Comercial, Nestor Bizzi, que por várias vezes também falou da importância dessa obra não só para a região de Campo Mourão, como para a região de Cianorte e para a região de Umuarama.

É uma grande conquista da nossa região e que temos que deixar aqui os méritos às pessoas, às entidades e também dizer que os políticos estão fazendo a sua parte.

Outro assunto que gostaria de comentar neste momento é sobre um projeto que pedimos vistas na Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei nº 073, do Poder Executivo, portanto do Governador do Estado. Ele está tratando da possibilidade de criar uma Companhia de Policiamento na fronteira, em Guaíra. Mas para criar essa nova companhia, este projeto está prevendo, vou detalhar os pontos, só queria deixar o registro aqui, a extinção da lei que criou, a Lei nº 15949, está sendo extinta, extinguida, revogada por essa nova lei, esse novo projeto, e a Lei nº 15949 criou no ano de 2008 o Batalhão Policial Militar de Umuarama, e foi atendendo inclusive o Prefeito, da época, do Município de Umuarama.

Nós, Dr. Renato apresentamos uma indicação legislativa para que fosse criado o Batalhão de Polícia Militar em Umuarama. Passou algum tempo e o Governo criou, através de um projeto de lei. Só que agora manda um novo projeto de lei aqui para esta Casa, criando a Companhia Independente de Policiamento e Operações de Fronteira, a CIPOFRON, em Guaíra. E aí, no seu artigo 6º dessa lei, ele diz que a nova lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 15949.

Então, deixar esse registro, que o Governador coloca aqui para criar um novo batalhão, ele extingue outro. Mas vamos discutir ainda mais esse projeto.

Deputado Scanavaca, V. Exa. que é de Umuarama tem que ficar atento, está sendo, com esse projeto para criar em Guaíra, está extinguindo o batalhão que foi criado pela lei ano passado, da sua Cidade, lá de Umuarama, e que V. Exa. não estava aqui na época, eu apresentei aqui uma indicação legislativa, pedido do Prefeito de Umuarama na época, para que Umuarama tivesse um batalhão de Polícia Militar. E essa indicação legislativa foi ao Governo, com o passar do tempo ele acabou criando por uma lei, só que agora manda um outro projeto aqui extinguindo. Então pedir, a V. Exa., que tem defendido Umuarama aqui nesta Casa, ficar atento a esse novo projeto do Governo.

A Segurança Pública realmente precisa de muito apoio no Estado do Paraná, precisa mesmo, de criar novos batalhões, de investir nos policiais. Agora já está se falando em novos salários, também é um outro projeto que o Governo mandou para esta Casa, só que ele quer dar só 5% de aumento e nós, Deputados, temos que lutar juntos, unidos, cobrar que o Governo dê mais que 5% de aumento para os funcionários públicos. Aí destaco também os policiais militares e os professores, Deputado Marcelo Rangel.

Hoje, na CCJ, discutimos esse projeto de aumento de salário do funcionalismo público, o Governo quer dar 5% e nós pedimos vistas desse projeto. Temos que começar um movimento aqui dentro desta Casa para que o Governo dê mais que 5% de aumento, até porque no ano passado ele só deu 5%. E por uma luta da Oposição ele cedeu lá na frente e deu 15% de aumento. Eles justificam que a economia está indo muito bem.

No final do ano passado votamos o projeto que acabou aumentando o imposto, inclusive vai valer agora a partir de abril. O Governo alega que tem caixa e o Paraná está indo muito bem. Se o Governo alega que tem caixa, temos que lutar que pague melhor os professores, os funcionários públicos de uma maneira geral, em especial os policiais que fazem a segurança das pessoas do Paraná.

Também tem aquele projeto que o Governo quer colocar à iniciativa privada, de pagar 15% de aumento para aquelas categorias que não têm representação sindical, que não têm sindicato que os defenda.

Então o Governo quer que a iniciativa privada dê 15% de aumento, como fez no ano passado, e este ano quer de novo 15%. Somados os dois dá 30%. Mas ele, quando vai fazer o dever de casa, no aumento vai dar só 5%. Pode até alegar, mais acontece que estamos falando do piso, do mínimo do mínimo que o Governo quer que pague. Tudo bem, se os demais funcionários do Governo ganham um pouco mais que o piso, não podemos crucificá-los e não dar aumento a eles, porque senão daqui a pouco também eles estarão só com o piso, porque aí os demais os alcançam e eles acabam perdendo.

Deputado Elio Rusch, são mensagens do Governo que estão nesta Casa e que serão votadas por este Deputado, por todos. Temos que começar um movimento, Deputados de Oposição, Deputados que defendem o Governo, mas um movimento independente de bandeira partidária, um movimento em defesa dos policiais militares, em defesa dos funcionários públicos de uma maneira geral. Eles precisam de um aumento maior e não podemos deixar que o Governo venha com um discurso que, na hora que fala da economia, ele fala que está tudo bem, maravilha, mas na hora que vai dar aumento de salário, ele faz uma diferenciação entre a iniciativa privada e o seu próprio Governo. Ou seja, para a iniciativa privada a economia está boa, tem que estar boa e pode dar 15% de aumento. Agora, para o Governo, a economia está passando recessão, não está tão boa e só pode dar 5% de aumento.

Temos que ficar atentos nesses dois projetos que estão na Casa e que vamos estar discutindo, para saber realmente a nossa clara posição em favor do Estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado, V. Exa.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães, por cinco minutos.

Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero aqui deixar registrado, uma reunião importante que aconteceu na manhã de hoje, no Bloco Parlamentar Agropecuário, presidido pelo Deputado Pedro Ivo, que recebeu novamente produtos de leite da região dos Campos Gerais e de outras regiões do Estado do Paraná, para que ali fosse debatido o problema que todos eles estão vivendo, do preço que é pago pelo leite no dia de hoje.

Para vocês terem uma ideia, em torno de um ano atrás, o valor do litro de leite era pago ao produtor mais de R\$ 0,70 o litro. O custo do litro hoje está girando na casa de R\$ 0,65. Só que eles estão recebendo R\$ 0,55 pelo litro de leite. Então, estão tendo um prejuízo e, naturalmente, muitos produtores rurais estão deixando a atividade, porque estão se viabilizando. Estão tendo um sério prejuízo. Um dos problemas que mais afeta o segmento de leite é que o Estado de São Paulo isentou não só os produtores, como é aqui no Estado do Paraná, mas também a indústria que beneficia o leite e, naturalmente, dessa forma todo leite produzido e vendido no Estado de São Paulo tem a isenção do ICMS.

Aqui no Estado do Paraná o produtor tem o leite com a isenção do ICMS quando ele vende, só que a indústria é tributada e naturalmente isso faz com que tenhamos dificuldade, porque acaba estourando na ponta, no produtor de leite, e isso vem fazendo uma diferença.

O Estado de São Paulo sobretaxou o leite oriundo de outros Estados. Se os paranaenses quiserem vender o leite para o Estado de São Paulo, têm que pagar uma alíquota de ICMS para poder entrar dentro daquele Estado, deixando inviável a competição do leite paranaense de São Paulo.

Aqui no Estado do Paraná é diferente, o produtor não tem produção nenhuma, está entrando leite de outros Estados porque não tem taxa de ICMS e competindo diretamente com o leite produzido pelos paranaenses.

Tivemos hoje a terceira reunião. Estamos tentando, pelas mãos do Presidente Pedro Ivo, também com o Deputado Romanelli, achar um caminho junto à Secretaria da Fazenda para que possamos ter no mínimo a igualdade de condição tributária que o Estado de São Paulo está fornecendo aos produtores de leite de São Paulo. É o que aconteceu na reunião de hoje.

Esperamos, no decorrer desta semana, avançarmos para que possamos dar a condição mínima ao produtor de leite continuar produzindo e tirar um resultado da sua atividade, porque da forma como está hoje está inviável, e veremos um número muito grande de leiterias sendo fechadas. O que queremos é que todos possam ganhar.

O mais interessante de tudo isso é que o leite caiu de R\$ 0,70, hoje está R\$ 0,55 e o consumidor, lá na prate-

leira do supermercado, não recebeu essa diminuição do preço do leite.

Deixamos aqui registrado e esperamos, nos próximos dias, voltar com um resultado positivo, porque o entendimento e a negociação acontece entre o segmento leite e a Secretaria da Fazenda, o Secretário Heron Arzua, pilotado pelo Bloco Parlamentar Agropecuário, pelas mãos do seu Presidente Pedro Ivo, bloco esse que fazemos parte e quero salientar a presença de um grande número de produtores de leite que estiveram na reunião hoje e o seu representante, que é da área, o Vereador Sérgio Beliche, do Município de Palmeiras, que esteve organizando e debatendo o problema do leite no nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Dr. Batista.

Deputado Dr. Batista (PMN)

O SR. DR. BATISTA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Faço questão de vir a essa tribuna hoje, muito orgulhoso por ser maringaense e paranaense. Ontem, em continuidade ao trabalho do Darci Piana, assumiu a presidência um maringaense de nome Jeferson Nogaroli. Quem conheci o Jeferson Nogaroli, ele disse ontem, alto, que ele quer passar tudo o que aprendeu no SEBRAE. O que o SEBRAE foi na vida dele, de um simples menino humilde, de origem Astorga, destino Maringá, primeiro comércio, hoje é dono das maiores redes de supermercados do Estado do Paraná. Trabalho com amor, sério, ouvindo um SEBRAE que é bem organizado em todo o País, tem uma mão muito grande do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ajudando muito.

Estiveram na posse todos os Deputados, os de Maringá, presentes. Faço das minhas palavras, agora, quero falar em nome da Deputada Cida Borghetti, que estava prestigiando, amiga particular do Sr. Jeferson Nogaroli, os Deputados Enio, Teruo Kato, Jonas, Nishimori e outros presentes.

Fiquei muito feliz, porque o Jeferson Nogaroli, com certeza, como ele disse: “Vou dar tudo de mim, dos meus conhecimentos, para que alguém que tenha sua micro ou pequena empresa realize seu sonho”. Aquele sonho muito grande que teve o nosso Governador Roberto Requião, aquele que gerar empregos, muitos empregos.

Por falar no Governador Roberto Requião, quero agradecer, hoje, o convênio assinado pelo Governador Roberto Requião, que tem nos ajudado muito, não só em Maringá, como em Sarandi, Paçandu, Jussara, em todas as regiões do Estado do Paraná. Não só na Saúde, como hoje assinou um convênio de 1 milhão, 455 mil para a Cidade de Sarandi. Conseguimos, por nosso intermédio,

oito caminhões basculantes, para ajudar aquela comunidade.

Fico muito contente quando o Governador realmente ajuda. Não só no setor da Saúde, mas em todos os segmentos da Cidade. Aí me perguntam, em Maringá, se faço parte da base de apoio ao Governador. Com muito orgulho digo: faço, sim! Faço parte, porque é um Governador que gosta da Saúde. Às vezes ouvimos dizer que ele está sendo omissos em alguns pagamentos de Santas Casas, de alguns hospitais, que não é obrigação do Governo, mas ele ajuda. Ele deu um intervalo. Só para a Santa Casa de Maringá e a Santa Casa de Campo Mourão, aparelho de tomografia computadorizada, raio X, quanto custa isso? Qual o valor? Está pensando na Saúde!

E por falar em Saúde, estava a Cris, a Tábata e muitos funcionários desta Casa, eu tive a satisfação, com autorização do Presidente desta Casa, Deputado Nelson Justus, e o 1º Secretário Deputado Alexandre Curi, fizemos uma palestra de medicina preventiva, para que pudéssemos aplicar um pouquinho de conhecimento sobre a medicina para todos os Deputados, mas nos editais, nos muros desta Assembleia estava o convite, e os que lá foram conheceram um pouquinho de medicina, aprenderam um pouco que a medicina preventiva é a melhor cura. Estávamos orientando sobre tratamento preventivo, principalmente das causas de origem desconhecida. Quantas patologias podem ser evitadas com a medicina preventiva, quantos cânceres. Impressionante que quase no final da minha palestra apresentei um vídeo sobre conhecimento médico, alteração e apresentação do corpo humano internamente. Nós mostramos o corpo humano internamente.

Quero dizer uma coisa a vocês: não precisa muito orgulho, muita metidez, muita arrogância, a você que pensa em passar o outro para trás, a você que mente, quando alguém está ausente, este alguém está em outro compromisso e você diz que este alguém se escondeu. Você deve estar com um pouquinho de peso na consciência, porque eu fui cobrado, hoje. Disseram que eu estava escondido. E eu estava dentro do centro cirúrgico da Santa Casa de Maringá, salvando duas vidas. E você foi dizer para o Governador que eu estava escondido no meu gabinete. Levanta minha ficha lá na Santa Casa, dê uma olhadinha. Duas vidas foram salvas: uma menina de 20 anos e uma senhora de 48 anos. E foi mentir para o Governador que o Dr. Batista estava escondido no gabinete.

Esse alguém que falou deve refletir. Não estou dizendo que é desta Casa. Não estou dizendo que é Deputado. Estou dizendo de alguém que disse ao Governador, Deputado. Gostaria que ele fizesse um reflexo, que ele olhasse no espelho e dissesse que os Deputados que estão aqui, todos são de bom caráter. Os 54 são Deputados que gostam do Estado do Paraná, e quando uma pessoa faz uma acusação dessas, essa pessoa não merece nossa consideração.

É só isto, então, Sr. Presidente. Muito obrigado pela tolerância.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado, Sr. Deputado.

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel, por 15 minutos, e posteriormente o Deputado Jocelito Canto, também por 15 minutos.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa e cidadãos do Paraná.

Hoje me dirijo especialmente aos Srs. policiais de todo o Estado do Paraná, militares e civis, que no dia de hoje estão fazendo uma manifestação pacífica pelos seus direitos. Vou falar sobre justiça, vou falar sobre instinto de justiça, que é o que um policial precisa ter. O trabalho de um policial é a luta pela justiça, sendo que ele coloca a lei acima de sua própria segurança e muitas vezes acima até da sua própria vida. Quando um policial sai da sua casa, beija a sua esposa e seus filhos e vai para o trabalho, nunca tem a certeza se poderá beijá-los novamente à noite. Mas quando chega em casa, tem orgulho de contar ao seu filho que prendeu o bandido, o criminoso, e que o bem sempre vence o mal. E quando o policial entra em becos escuros, favelas e matagais e é recebido com tiros, ele não pensa no seu soldo ou no seu salário, não passa pela cabeça de um profissional de Segurança o quanto ele vai receber no final do mês, mas tenho certeza que o policial lembra do seu juramento, do dia em que ele levantou a mão e jurou proteger o seu País e seus cidadãos.

A maior qualidade de um grande policial, senhoras e senhores, é a sua bravura, a sua coragem, a bravura de enfrentar o perigo no dia a dia, mas até mesmo antes de vestir o uniforme já existe no homem e na mulher a coragem de fazer a escolha pela sua profissão. Hoje quero, olhando vocês aqui, dizer que vocês são homens e mulheres de coragem, que estão mostrando essa bravura aqui nesta Casa, na Assembleia Legislativa, lutando pelos direitos que vocês realmente merecem. Essa bravura terá toda a nossa consideração. Essa coragem de reivindicar os seus próprios direitos, o que vocês defendem todos os dias nas ruas, a justiça, sem medo de retaliações, é merecido.

É justo, senhoras e senhores, sair do trabalho e receber bons equipamentos. Deputado Artagão Júnior, gostaria de pedir o auxílio de V. Exa., que o senhor pudesse trazer para mim as fotos que tirei hoje do batalhão, eu lhe agradeceria muito. Isso para mostrar as condições das viaturas, porque tive a oportunidade de fazer uma fiscalização na empresa que realiza a manutenção das viaturas a Polícia Militar e da Polícia Civil na região de Ponta Grossa. Se vocês pudessem dar um close nas

viaturas que estão paradas em apenas um batalhão, o batalhão de Ponta Grossa, totalmente sucateadas, sem as mínimas condições de uso, sendo que só essa empresa são 30 viaturas, inclusive ambulâncias e UTIs móveis, e o que é pior: o Governo do Estado está devendo R\$ 100 mil somente para esse empresa. Isso se repete aqui em Curitiba, em Telêmaco Borba, em Guarapuava, em Foz do Iguaçu, em Campo Mourão, em Maringá, Londrina, em todo o Estado do Paraná. O Governo do Estado está devendo para as empresas que fazem manutenção das viaturas, e infelizmente na região dos Campos Gerais equipes da ROTAN estão utilizando motos porque não têm viaturas.

Mas além disso é justo sair ao trabalho com expectativa de futuro, de crescer profissionalmente, os senhores escolheram essa vocação, essa profissão, e esperam ter um grande futuro, melhorar profissionalmente, crescer e dar um bom futuro também para as suas famílias. É justo receber um soldo correto, e não uma gorjeta que não chega ao salário-mínimo do Brasil. A remuneração que deveria ser feita por subsídios não ocorre à categoria, e os policiais militares neste caso perderam quase 50% da remuneração nesses últimos 30 anos.

A Emenda n° 019, que veio para beneficiar os policiais, infelizmente aqui no Estado do Paraná foi deturpada. É justo ter aposentadoria decente, faz parte da justiça, aposentadoria merecida depois de anos de riscos. E a luta pela aposentadoria especial tem que ser firme, e tem que ter o apoio dos Parlamentares sim senhor, porque somos representantes dos senhores. É justo ter mais companheiros para enfrentar o crime, não correr risco de vida com dois ou três amigos dentro de uma viatura contra 10, 20, 50 marginais fortemente armados. E hoje é o que acontece, temos um dos menores efetivos do Brasil, é o Estado do Paraná, um Estado que é rico, um Estado que tem potencial para dar o que vocês realmente merecem. Nós pagamos tantos impostos todos os dias.

Srs. policiais, o Paraná está em falta com os senhores. A Secretaria da Segurança nos prometeu no ano passado, fizemos uma reunião com vários Parlamentares e o Secretário nos prometeu que iria arrumar a questão do soldo, iria arrumar a questão dos policiais civis, contratar mais escrivões, auxiliares, e principalmente, eu não toquei ainda no assunto, encaminhar à Assembleia Legislativa o Plano de Cargos e Salários dos Srs. policiais, que nós estamos aguardando até hoje desde 2005. Até hoje, infelizmente, não tivemos mais notícias. A Secretaria da Segurança infelizmente não trouxe mais nenhuma notícia a respeito da aprovação desse projeto, nem da abertura de novos concursos públicos, nem a respeito de equipamentos. E é importante se dizer, quando se fala em equipamentos não é só viatura não, coletes à prova de bala estão vencidos, precisamos de mais estrutura em todos os sentidos, e é por isso que se reclama da Segurança, que estamos realmente inseguros no Estado do Paraná. Mas precisa valorização profissional, senhoras e senhores, precisa sensibilidade.

Sr. Governador Roberto Requião, estamos pedindo, cobrando através da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sensibilidade, para que o senhor ligue para o seu Secretário, conhecido como Secretário Lulinha, pedindo a ele mais atenção à nossa Segurança Pública. Fizemos tantas cobranças com relação aos IMLs. Infelizmente a resposta que o Governo do Estado deu para Ponta Grossa foi vexatória, mandar R\$ 32 mil à uma Cidade do tamanho de Ponta Grossa, ao IML que cuida de mais de 30 Municípios? É algo triste! Será que Ponta Grossa merece só R\$ 32 mil para o IML?

Sr. Governador Roberto Requião, precisamos da sua sensibilidade! Assim não dá para continuar!

Segurança Pública é essencial. Os paranaenses estão cobrando dos Parlamentares. Recebo no meu e-mail todos os dias cobranças, pedindo que eu lute pelos profissionais da área de Segurança, mas lute também pelos cidadãos paranaenses que precisam de mais segurança. A segurança começa no momento em que o chefe de um Poder constituído admite que precisa rever algumas ações.

Srs. policiais, parabéns pela bravura! O ato de bravura de cada um de vocês em vir à Casa do povo, porque é aqui o lugar de se fazer a reivindicação, de se debater, de pedir, mas também de cobrar o que é correto.

No momento que vier o projeto do salário-mínimo de R\$ 629, que uma dona de casa terá que pagar para a auxiliar do lar, que as empresas terão que pagar, vamos colocar em pauta também o Plano de Cargos e Salários dos policiais, vamos pedir reconhecimento a todos os servidores do Estado do Paraná, porque o Governo do Estado tem que dar exemplo dentro de casa. Se o Governo não consegue pagar um salário condizente aos seus policiais, por que dizer ao Estado do Paraná que os empresários têm que pagar? Começa dentro de casa!

Srs. Deputados, peço auxílio a todos para que possamos abrir essa discussão e, no momento da votação do projeto do salário-mínimo, consigamos aprovar o que os nossos profissionais da área de Segurança merecem: valorização e respeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje quero tratar de um tema bastante polêmico, que é a questão de medicamentos.

O Deputado Marcelo Rangel falou há pouco sobre viaturas. Eu, neste momento, solicitei ao Comandante do 1º BPM que nos faça um levantamento para ver essa situação que V. Exa. levanta, que são 30 viaturas paradas e que há um débito do Estado com essas empresas.

Acabei de falar com o Comandante Júnior Jorge e ele vai nos passar, em seguida, o relatório, para vermos aquilo que V. Exa. acaba de falar aqui.

A Segurança Pública passa por dificuldades em todo País. Isso é verdade. Não é só aqui no Paraná. Isso é importante sempre destacar. Agora, os policiais aqui presentes e as pessoas que estão à frente das investigações, merecem sempre ter o apoio do Governo, ter equipamentos, ter bons salários. Todo mundo quer ter bons salários, todo mundo quer receber o que é direito, todo mundo quer receber aquilo que é melhor pelo que faz. Agora, é muito difícil contentar a todos. Eu já estou aqui pelo terceiro mandato nesta Casa e muda Governo, inverte prioridades, vai um, daqui a pouco a Oposição é Situação, a Situação é Oposição, e as reclamações sempre continuam. Muda Governo, entra Governo, e sempre temos as reivindicações. E acho que as reivindicações são justas quando são encaminhadas pelo povo, que cobra aquilo que deve ser feito.

Eu ouvi o Deputado Rangel falar, também, de concurso. Se não me falha a memória, depois alguém poderia esclarecer, quem sabe até o Deputado Romanelli, me parece que há um concurso e está sendo chamado, agora, na Polícia Civil. Aliás, de um concurso público já estão chamando pessoas. Eu vi qualquer coisa nesse sentido nos jornais. Depois, é preciso esclarecer isso para não ficar nenhuma dúvida nessa questão.

Muito se fala sobre medicamentos e eu vi a verdadeira batalha campal, aqui, há uns quatro, cinco anos, quando se criticou tanto o Governo por falta de medicamentos. Por incrível que pareça, ao abrirmos os jornais de Ponta Grossa, hoje, o jornal Diário dos Campos, por exemplo, vamos encontrar uma mensagem e uma manchete que nos deixa preocupadíssimo: “Vigilância interdita Central de Medicamentos de Ponta Grossa”. Olha, no Município de Ponta Grossa, Deputado Péricles. Olha o que encontraram lá nesse local que distribui medicamentos para o povo de Ponta Grossa. Foi interdita a distribuição do Município. A Vigilância do Município e também a Vigilância Estadual. Falhas encontradas nesse local de distribuição de medicamentos: “Local considerado inadequado; indícios de fezes de ratos; medicamentos vencidos; remédios encontrados no chão; precárias condições de higiene; falta de manual; sem proteção contra insetos; remédios expostos ao sol.”

A Vigilância foi lá e fechou. E encontrou Srs. Deputados, senhoras e senhores, mais de 300 mil comprimidos vencidos. Deputado Caíto Quintana, sabe o que é isso? Trezentos mil comprimidos vencidos? Remédios que poderiam ser utilizados pelo nosso povo e estão lá vencidos, e agora serão jogados fora. O CRF confirma os problemas. O CRF/PR, de acordo com Denis Armando Bertoldi, em vistoria, afirma que alguns medicamentos podem estar impróprios para o consumo humano, pela exposição ao sol e à umidade. E pode ser que alguns medicamentos deixem de desempenhar o papel a que se propõem, ou seja, não causem o efeito esperado.

E aí, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o cidadão vai pegar um remédio. O remédio não tem eficácia, não funciona está estragado. A pessoa leva o medicamento para casa pensando que o remédio está bom. Aí a pessoa piora, passa mal. Daí a pessoa vai precisar de uma UTI, vai precisar de um leito hospitalar, porque os remédios são mal colocados, os remédios são armazenados de forma errada. Trezentos mil comprimidos jogados fora. De onde veio esse dinheiro? Do Governo Federal e também do Governo Estadual.

Então, queremos fazer esse alerta aqui, hoje, porque entendemos que isso não pode ocorrer em um momento de crise, em um momento de falta de medicamentos. E os medicamentos que temos são exatamente os medicamentos que podem não estar sendo para o povo usar, porque não prestam, estão expostos ao sol, estão mal colocados, Deputado Felipe Lucas, V. Exa. que está ao lado do Dr. Accorsi, outro médico desta Casa. O medicamento que não funciona é o que vai aumentar o grau de problema daquela família, daquele cidadão.

Então, medicamentos colocados no lixo. Trezentos mil comprimidos vão ser jogados fora. Jogados fora! E de quem é a culpa? Sabem o que o Ministério Público vai fazer agora? Adivinhem! Vai fazer um ajuste de conduta! Se fosse V. Exa., Deputado Belinati, o Prefeito certamente iria responder uma ação de improbidade administrativa, iria responder uma ação penal. Agora, lá em Ponta Grossa, o Governo do PSDB, vamos ter uma conduta, o Ministério Público vai fazer um ajuste de conduta. Vai juntar, vai fazer. “Não, está tudo resolvido. Vamos fazer aí um ajuste de conduta. Faz de conta que nada foi para o lixo. Faz de conta que ninguém morreu. Faz de conta que o remédio fez efeito”. Ajuste de conduta.

Eu fico me lembrando aqui, Deputado Rossoni, que eu respondo uma ação porque eu mandei R\$ 100 mil para a Santa Casa. Uma ação cível e uma penal, porque mandei R\$ 100 mil quando explodiu a Santa Casa de Ponta Grossa. Está lá em Brasília, estamos discutindo. Proposta pelo Ministério Público. E aqui vejo que vão para o lixo 300 mil comprimidos e vai haver um ajuste de conduta. Viva o ajuste de conduta! Trezentos mil comprimidos vão para o lixo! Não vai dar nada. Não tem problema. As pessoas que usaram os medicamentos, se alguém morreu, não deu para perceber que a pessoa tomou o remédio. Tomou o remédio e morreu depois, não se sabe se morreu por causa do remédio ou não. De repente, precisou de uma UTI e, sei lá, não conseguiu UTI, não tinha remédio ou tomou o remédio que estava estragado, como diz o Conselho Estadual, um remédio no meio dos ratos. O povo tomando remédio onde passa o ratinho. O ratinho passa e dá uma largadinha ali, faz um xixizinho no remédio. E o remédio vai parar depois lá no povo. Deve ser bom e uma beleza esse remédio, que já estava em condições precárias, porque estava exposto ao sol. O povo do bairro que vai tomar o remédio. Aí, quando o cara passou mal, piorou, a culpa é de quem? A culpa é da falta de UTI, da falta de hospitais.

Vamos fazer um ajuste de conduta. Não sei quem foi o filósofo que inventou isso. Você faz de conta que os ratinhos não fizeram xixi lá. Você faz de conta que o sol não pegou aqui. Você faz de conta que o remédio não está vencido. Põe-se tudo no lixo. O povo já ferrou. Está tudo bem. Continuamos como antes. Parabéns!

É assim que se cuida do povo. É assim que não se têm remédios nos postos. É por isso que as pessoas reclamam, muitas vezes com razão. O pai vai lá no posto e não tem remédio, porque o remédio está vencido. Ou são os remédios que estão expostos aos ratinhos, em Ponta Grossa, para o nosso povo.

Faço este registro porque já vi tantos discursos a favor do remédio. Aleluia, irmãos, o remédio! Remédio! Remédio! Agora, vejo irem para o lixo 300 mil comprimidos. Deputado Péricles, se V. Exa. fosse Prefeito, iria se incomodar. Será que esses remédios não poderiam ter salvado muitas vidas?

Fica aqui meu registro, Sr. Presidente, Deputado Zucchinho. Fazer discurso é a coisa mais brilhante que tem e mais fácil. O duro é resolver.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário das Lideranças:

PSDB. Concedo a palavra ao Deputado Ademar Traiano, por 10 minutos.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Uso a tribuna, não para fazer um pronunciamento, para abordar qualquer tema de interesse deste Estado, mas uso a tribuna nesta tarde para trazer aqui uma preocupação do Município de Francisco Beltrão, de empresários da Região Sudoeste do Paraná.

Na tarde de ontem, no final de semana, me procuraram para que eu manifestasse, aqui desta tribuna, a preocupação desses empresários, com uma situação que estão vivendo em Francisco Beltrão.

É público e notório que o Governador Requião anunciou, aos quatro cantos deste Estado, a construção de inúmeros hospitais regionais. Francisco Beltrão e a Região Sudoeste foram contemplados com uma obra que realmente orgulha a todos nós. Infelizmente, não sei de quem é a culpa de quem é a responsabilidade, mas a empresa que construiu o hospital regional está dando um calote nos empresários da região de Francisco Beltrão.

Tenho aqui em minhas mãos uma relação de valores em torno de R\$ 500 mil, e esses valores ultrapassam, até porque nem todos deram em minhas mãos os valores. Quero fazer um apelo aos Srs. Deputados, principalmente ao Deputado Romanelli, Líder do Governo, e Deputado Caíto Quintana que o seu irmão é chefe do Núcleo Regio-

nal de Saúde, para que gestione junto à Secretaria da Saúde deste Estado, no sentido de encontrar uma solução. Não sei se o Governo não vem pagando. Não posso, de forma alguma, fazer essa acusação, mas tenho o dever de trazer a público que a empresa que está executando a obra não está pagando os seus fornecedores.

E me diziam os Srs. fornecedores que se até quinta-feira desta semana a empresa não cumprir com os seus compromissos, vão fechar as portas do hospital regional e não vão deixar continuar a obra.

Não quero, de forma alguma, criar um impasse de ordem política, que não é esse meu desejo. Apenas esse é o registro que gostaria de fazer e pedir então aos Srs. Deputados, Deputado Caíto, sei que não é de sua responsabilidade, não é sua culpa, mas acho que a preocupação é de todos nós, que busquemos uma solução rápida para que possamos equacionar esse drama dos empresários que forneceram o material para a construção. A obra está praticamente concluída, mas a empreiteira não cumpre com os seus compromissos para com os empresários da região de Francisco Beltrão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

PDT.

(**Declina**)

PMDB, com a palavra Deputado Caíto Quintana.

Liderança do PMDB: Deputado Caíto Quintana

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Dois assuntos nos levam à tribuna no dia de hoje. Um deles exatamente o que falou o Deputado Ademar Traiano daquela tribuna.

Quero dizer ao Deputado Traiano que inclusive já estivemos tratando desse assunto com o Governo. Lembrar aqueles que nos ouvem que a responsabilidade do pagamento de eventual material comprado na Cidade é da empresa e não do Governo. O Governo licitou uma obra, pagou rigorosamente em ordem para a empresa. A empresa comprou do comércio e não pagou, portanto a responsabilidade é da empresa e não do Governo. Faltava aproximadamente um volume de R\$ 300 mil para concluir o hospital, o Governo do Estado organizou para que pudesse terminar o hospital, que está atrasado exatamente pela dificuldade da empresa. Mas, gostaria de deixar aqui bem claro que a responsabilidade é de quem comprou o material. Do Governo a responsabilidade é para com a empresa.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado Caíto, só para fazer uma correção por questão de justiça. Não estou acusando o Governo. Acho que não é realmente responsabilidade. Mas, o apelo que

faço é que pelo menos equacione o problema dos fornecedores. É nesse sentido a minha reivindicação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

É esta exatamente a proposta, Deputado Traiano, que eu levei há tempos atrás ao Governo. Acontece que o Governo não pode, sob pena de não cumprimento do contrato, deixar de repassar, salvo por exemplo, se as pessoas entrassem em juízo. V. Exa. é advogado, sabe disso, e fosse decidido judicialmente que ao invés de pagá-los tivesse que pagar o comércio. Mas não há responsabilidade do Governo com o débito.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(**Assentimento**)

Obrigada, Deputado Caíto. Também só para contribuir um pouco com o seu pronunciamento. Esta sua preocupação, do Deputado Traiano, também é nossa, e há alguns dias também fomos procurada por empresários de Francisco Beltrão e estivemos conversando com o Secretário da Saúde, Gilberto Martin, e ele colocava exatamente o que V. Exa. está falando na tribuna neste momento, e que o Estado inclusive, já repassou até além do que estava previsto, adiantou um pouco mais o recurso para a empresa para a empreiteira e ela, infelizmente, não pagou os fornecedores.

Então, esse é um problema sério. Acredito que temos que nos somar neste momento, porque sabemos que isso está revertendo em prejuízo para os empresários de Francisco Beltrão. É um problema muito sério. Precisamos nos unir para ajudar a buscar uma solução.

Agora, claro, não podemos colocar a culpa no Estado, porque o Estado realmente já passou além até do previsto no contrato. Então, existe esta preocupação, temos que buscar uma solução para o caso. Só não podemos colocar a culpa no Estado do Paraná.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Exatamente, Deputada Luciana. Eu também só queria deixar registrado isso para que não transpareça que haja atraso do Governo. O Governo cumpriu o compromisso. A empresa, inclusive, não concluiu a obra. Foi feito um aditivo para poder terminá-la e, lamentavelmente, a empresa está devendo por compra que ela fez, independente da vontade ou da autorização do Estado.

Mas gostaria, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, de tratar um outro assunto...

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Caíto, me permite um aparte, em cima dessa questão, até para uma sugestão porque já vivemos este problema também, do mesmo lado que V. Exa se encontra. É só observar se essa empresa está executando alguma obra para o Governo e exigir que ela tome providências, senão suspende os pagamentos e outras obras.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

O duro é que está, Deputado Rossoni, e a empresa está em concordata ou falência, coisa semelhante.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Srs policiais aqui presentes, tenho tido no curso da minha vida um comportamento de defesa da Segurança Pública e dos homens que fazem a Segurança Pública. E não é muito incomum neste plenário vermos discursos acalorados, combatendo a Segurança Pública e seus membros.

Estive durante o período em que exerci a função de Chefe da Casa Civil, unido inúmeras vezes com policiais, tanto civis quanto militares, buscando melhoria da qualidade de trabalho desses policiais.

Diante desse trabalho, que a Secretaria da Segurança Pública sempre esteve presente, o Estado do Paraná hoje dá aos nossos policiais uma série de vantagens, benefícios que outros Estados não dão, desde a questão da segurança no trabalho ao armamento, as viaturas, que vejo aqui colocar que elas estão estragadas...

(Visitantes que estão nas galerias se manifestam com vaías)

Com licença, senhores. Os senhores não estão se comportando como policiais e como homens da lei. Eu estou na tribuna cumprindo o meu direito. Não venho aqui para fazer demagogia.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Só um minutinho, Deputado Caíto.

Querir pedir aos nossos ilustres visitantes que estão participando da Sessão que pudessem, obviamente, assistir a Sessão e respeitar o posicionamento de cada Parlamentar. Cada Parlamentar tem a prerrogativa de colocar o seu posicionamento.

Então, gostaria de pedir que isso fosse respeitado, porque isso faz parte do nosso Regimento.

Tem a palavra V. Exa.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente, lamento a manifestação da galeria, porque me parece que sempre, tanto a Polícia Civil, quanto a Militar, teve em mim um defensor. Isso desde o princípio das nossas atividades. Não é com discurso que se resolve o problema, é com conversação. Porque um discurso aqui na Assembleia não vai resolver problema de ninguém.

Aqui não se resolve nada. Aqui se joga, pelo contrário, uma categoria contra o Governo. Estamos aqui para tratar a respeito desse assunto.

(Manifestação nas galerias)

(As galerias se esvaziam)

Os senhores não querem ouvir o outro lado da história?

Vejam os senhores o que na verdade temos na Segurança Pública. Gostaria de lembrar, continuar falando, que o Governo Requião, há bem pouco tempo atrás, deu um aumento substancial aos Praças, aos 2° Tenentes e não deu para os oficiais, exatamente reconhe-

cendo o trabalho que os Praças desenvolvem no Estado do Paraná.

Neste momento estamos fazendo sobre hipótese, porque nem sequer passou numa comissão, um eventual aumento. Lamento que o pessoal da Polícia não permaneça aqui para ouvir, estamos alimentando uma discussão que não passou por esse plenário, que não foi à discussão. É uma utopia, uma afirmação infundada. O projeto não tramitou nesta Casa. Os aumentos não estão definidos. Estamos falando sobre hipótese. Parece que as pessoas preferem o discurso fácil, do que a solução que se busca.

Estive durante muitos anos, Deputado Augustinho Zucchi, presente trabalhando pela melhoria da qualidade da Segurança Pública do Estado do Paraná e principalmente da Polícia Militar. Vejo aqui, no dia de hoje, na tribuna, ao falar, Deputado Romanelli, que melhoramos a condição de trabalho dos nossos policiais, uma revolta total e ausência no plenário. Não foi por acaso que o Governo Requião, que está permitindo que o Soldado que entre na Polícia Militar e que tenha curso necessário, possa direto para Oficial sem contagem de tempo. Não foi por acaso o Governo Requião, que substituiu os carros alugados da Polícia no mandato passado por viaturas próprias. Não é por acaso uma oficina ser contratada, que está com esses veículos para serem consertados. Quem porventura levou o veículo para ser consertado? Não é trabalho da Polícia, não era um policial que estava dirigindo esse carro.

Ora minha gente, não queiramos colocar quem é companheiro como adversário, e nem quem é adversário como companheiro. A Bancada do PMDB, a bancada de apoio ao Governo está aqui nesta Sessão, com várias ou sem vaías, defendem o aumento de salário para policiais, defendendo contratação de policiais que sistematicamente estão na Academia do Guatupê fazendo curso. Sai uma turma e entra outra.

Lamento profundamente que se troque a negociação do aumento salarial, a conversação da melhoria da Polícia pelo discurso fácil feito aqui, que termina no fim da Sessão, não se move um dedo a partir do discurso para resolver o problema. Lamento que tenha esses dois lados da moeda. No discurso fácil, o aplauso; e na colocação da verdade, a vaia.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Bloco PSB/PRB/PV.

(Declina)

Democratas, Deputado Elio Rusch.

Liderança do DEM: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Ouvia o pronunciamento dos Deputados na Sessão de hoje, como também nas Sessões passadas, quando se

falava em salário-mínimo regional, se falava sobre o soldo da Polícia Militar, quando se fala do quadro do Estado Paraná, e dizer que recebemos no nosso gabinete no dia de hoje, cheguei a abrir o CD que cada Parlamentar recebeu em relação à Audiência Pública, que deverá acontecer na próxima quinta-feira, mas vamos pedir para o Presidente da Casa que não faça na quinta-feira agora, está muito em cima da hora, não dá tempo, não dá prazo, teremos apenas um dia para nos prepararmos para analisar as contas, e não se trata de um quadrimestre, mas se trata do ano todo, um balanço geral. Isso deveria ter acontecido já no mês de fevereiro. Já que não aconteceu no mês de fevereiro e está acontecendo, uma semana a mais ou a menos não tem problema nenhum.

O que vamos pedir depois para o Deputado Nelson Justus é que não saia essa reunião na quinta-feira agora, mas sim se transfira para outra semana ou para daqui duas semanas, para que tenhamos prazo para analisar as contas.

Fiz rapidamente um cálculo agora: o Governo do Estado envia para a Assembleia uma mensagem propondo 15% para o salário-mínimo regional, que é aplicado para o setor privado, que não é o Governo que paga. Nós levantamos, como diversos Deputados levantaram aqui na Casa, dizendo que o Governo do Estado também aplicasse os 15% para o seu quadro. E a resposta é que não poderia conceder os 15%, se iria extrapolar o limite constitucional que era 49% da receita corrente líquida.

Pois bem, vamos aos números: em 2008 o Estado do Paraná arrecadou, na receita corrente líquida, 14 bilhões e 482 milhões em números redondos. Desse valor, ele gastou R\$ 6 bilhões, 121 milhões, 653 em folha de pagamento do Poder Executivo, que representa 42,7%.

Ora! O limite é 49%, se aplicarmos em cima dos 6 bilhões 15%, nós teríamos um aumento de R\$ 918 milhões. Somando com 6 bilhões, 121 milhões, nós teríamos 7 bilhões e 39 milhões abaixo dos 49% que é o limite constitucional.

Mas agora vem um fato curioso, aprovamos no ano passado o orçamento para esse ano. O Governo do Estado está estimando uma receita corrente líquida para 2009, de R\$ 20 bilhões, 938 milhões. Se pegarmos o que o Governo do Estado gastou em 2008, 6 bilhões e 121 milhões que é a folha de pagamento, 15%, nós chegaríamos a R\$ 7 bilhões. Bem abaixo dos 49%, que é o limite constitucional.

Por essa razão que pedimos sempre a coerência por parte do Governo. Se o Governo determina que o setor privado, os paranaenses pagam 15% a mais sobre o salário-mínimo regional, ele pode sim pagar 15% linear. Está aqui, claro. Vamos pegar os números do ano passado, e esse ano existe uma previsão bem superior. Dá-se 15% de aumento no mínimo este ano.

Pode dar 20%, pode dar 25%, conforme a previsão do Governo do Estado, que ainda ficaria abaixo do limite constitucional permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

É por essa razão que falamos aqui na Assembleia Legislativa, posição coerente, não oposição para fazer oposição sem mostrar os números reais. Estão aqui os números apresentados pela própria Secretaria da Fazenda, mostra claro quanto se gastou, quanto se arrecadou e quanto se poderia gastar.

Então, não venham dizer que o Governo do Estado, Deputados Antonio Belinati, Marcelo Rangel, Douglas Fabrício, Valdir Rossoni, tantos outros Deputados que já usaram da tribuna e pediram coerência por parte do Governo do Estado para que se aplique também para os funcionários públicos estaduais os 15% que ele determina para o setor privado. E ele pode gastar, sim! Pode gastar, que estão aqui os números. Esses números não são do Elio Rusch, são da Secretaria da Fazenda, são do Governo do Estado e foram enviados para cada Parlamentar. É só fazer o cálculo.

Então, não venham com esta desculpa: “Ah, não podemos dar 15% de aumento porque senão vamos estourar o limite permitido pela Lei Camata, senão incorremos num crime de responsabilidade. É a Lei de Responsabilidade Fiscal que impede do Governo do Estado dar um aumento”. Não, negativo, não é verdade. Os números que recebemos e analisamos apenas uma folha, são dezenas e dezenas e folhas. Vamos encontrar, com toda certeza, muitas surpresas em relação ao balanço geral do ano passado apresentado, em relação à receita, à dívida, aos investimentos, aos gastos com a Educação, em relação à caixa da Saúde, em relação à compra deste ônibus, que ainda estão aqui no pátio do Governo do Estado, enquanto que as Prefeituras, quase todas no Estado do Paraná, tenho certeza, já contrataram quem não tem transporte próprio, já terceirizaram o transporte.

Este ônibus, Deputado Luiz Claudio Romanelli, para quem tem planejamento, quem organiza uma administração, teriam que ser entregues no mês de janeiro, antes do início das aulas. As aulas, na rede pública estadual, iniciaram dia 09 de fevereiro. E hoje estamos no dia 17 de março. Quer dizer, agora é que estão entregando os ônibus para o transporte escolar. Estes ônibus vão valer quando? Vão valer só no ano que vem.

O que é que precisamos? Coerência. É isto o que pedimos. Não é admissível que as aulas que iniciaram dia 09 de fevereiro, dia 09 de março, nós já falamos, e na minha Cidade, Marechal Cândido Rondon, na Cidade do Deputado Ademir Bier, escolas não receberam os livros de chamada para o professor anotar as faltas dos alunos, as aulas ministradas.

E quando denunciemos, um dia, aqui desta tribuna, chegou ao nosso gabinete, para surpresa, e devo falar isso de novo, numa Cidade aqui da Região Metropolitana, dia 09 de março, um mês depois, numa escola rural, mas que é escola pública, as aulas não haviam iniciado ainda, e por quê? Porque não tinha ônibus para transportar os alunos, porque não tinha professores. Alguma coisa aconteceu: falta de planejamento.

É a mesma coisa que estamos levantando agora em relação à receita corrente líquida que tínhamos no ano passado aquilo que o Governo do Estado gastou com a folha de pagamento. Se gastou no ano passado 42,27% com a folha de pagamento, quando na verdade poderiam gastar 49%. Tem o limite prudencial? Tem. Tem o alerta do Tribunal de Contas? Tem, existe. Mas, o Governo do Estado, o Executivo pode gastar 49%.

O total dos Poderes, Deputado Luiz Claudio Romanelli, eu sei que isso lhe dói nos ouvidos, os Poderes todos podem gastar 60%. Então, não venham dizer: “Não dá para dar 15%, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite”. Permite, sim! Permite. Pode gastar, porque receita teve no Governo do Estado. A receita foi boa. Tanto é que com esta reforma tributária que foi votada no ano passado, o Governo está projetando um receita de R\$ 20 bilhões!

Esta é a verdade. Não dá para entender. Este Governo não dá para entender. Vamos ver com as Audiências Públicas que vão acontecer durante este ano. Agora vamos ter a primeira Audiência em relação ao exercício de 2008 e vamos ver o que vai acontecer depois, no primeiro quadrimestre, segundo quadrimestre, para ver quem está com a razão.

E volto a dizer uma velha frase: o tempo se encarrega de confirmar a veracidade ou desmentir as pessoas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

... Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Antonio Belinati, no horário do PP, por 10 minutos.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Augustinho Zucchi, Deputada Cida Borghetti, colegas Parlamentares, comitê de imprensa, visitantes e quem acompanha as transmissões da Assembleia Legislativa através da TV MERCOSUL e TV SINAL.

Inicialmente, o jornal O Paraná, de Cascavel, traz como manchete: “Crise leva 2 mil empresas a deixar o comércio exterior”. Isso é ruim. São empresas brasileiras que estão deixando o comércio exterior, porque não estão vendendo lá fora aquilo que é produzido aqui no Brasil, e não vendendo, o empresário tem crise e demite trabalhadores. Então, a crise já fez cair o PIB brasileiro, a produção do Paraná, na proporção dos últimos anos, também sofreu uma grande queda, e vamos pedir a Deus que abençoe as autoridades e os empresários para que o País e o nosso planeta retomem o caminho da prosperidade, porque crise não é bom para ninguém.

Tem muito Prefeito que vai ter dificuldade para pagar a folha de pessoal, porque já caiu a arrecadação da Receita Federal e isso já provocou uma queda no Fundo

de Participação dos Municípios, e aí é aquela bola de neve, porque falta dinheiro para a Prefeitura, falta dinheiro para a Câmara, falta dinheiro para o hospital, para a escola etc. Tomara que o País saia logo desta crise, como também tomara que o Governador Roberto Requião mande distribuir logo esses ônibus que estão enferrujando nas portas do Palácio Iguaçu, sendo que esse próprio Palácio Iguaçu foi fechado para uma reforma e está enferrujando tudo ali.

Ainda ontem a imprensa noticiou uma crise no transporte de estudantes aqui pertinho da nossa cara, pertinho da cara do Governador Roberto Requião, em Itaipu. Lá as crianças estão sem poder ir para a escola por falta de ônibus, e os malditos ônibus estão parados aqui. Será que estão quebrados ou faltou combustível? Só pode ser. É o ônibus “cata-voto”. Aí o pessoal vai lá, o Prefeito tem que tirar um retratinho, agradecer o Deputado, agradecer o Governador e as autoridades para levar um ônibus para o seu Município. Tenho pena dos Prefeitos, porque se não fizeram isso, também não levam nada, e aí a comunidade do seu Município vai “descer a lenha”, no Prefeito, vai dizer: “Como é que o Prefeito da Cidade vizinha levou um ônibus e o nosso aqui não trouxe nada?” Então, pelo amor de Deus, Governador Requião, mande entregar esses ônibus!

Deputada Cida Borghetti, a senhora que tem um trabalho bonito sobre ecologia, 42% do desmatamento do nosso planeta, quase a metade de tudo o que foi desmatado, quase a metade de todas as florestas derrubadas em todo o planeta Terra é aqui do Brasil. Então, o que há é uma mentira, é uma fantasia. Quando o Governo leva a Rede Globo, a Record, a Band, o SBT, leva jornal e rádio para dizer que está prendendo madeireiros e de repente o próprio satélite focaliza que a nossa Floresta Amazônica está indo embora, que continuam desmatando aqui também no Paraná, então onde é que está o combate ao desmatamento? Está aqui a matéria: 42% do desmatamento do Mundo, em cinco anos, ocorreu no nosso Brasil. E é bom lembrar, para quem não sabe, que as nossas florestas são o nosso pulmão verde, é por elas que nós respiramos.

Essa destruição que está fazendo essas mudanças: quando é verão faz frio, quando é frio faz calor, quando é para chover não chove, tem hora que chove demais. Estão destruindo a ecologia, o meio ambiente, tudo está sendo feito por esse desmatamento descarado, escancarado em nosso Brasil.

Então, aonde é que estão as autoridades do Governo Federal? Estão fazendo muito mais carnaval, muito mais sensacionalismo num combate que, de fato, eles não estão fazendo. Não é Antonio Belinati, não é o nosso partido que está afirmando, é um levantamento da Organização das Nações Unidas, volto a repetir, nos últimos cinco anos 42% do desmatamento mundial ocorreu no nosso Brasil. Só que ligamos a televisão, Deputado Tadeu Veneri, é como aquela notícia de combate à droga, parece que não tem droga para comprar em lugar nenhum, porque todo dia eles estão prendendo algum tra-

ficante, alguma “mula”, alguém que está transportando as drogas. Mas parece que essas apreensões só ocorrem porque alguém dedou, porque houve alguma briga no meio do tráfico, ou então o “boi de piranha”, o que está sendo exportado para a Itália é o tal do “boi de piranha”, enquanto isso - quem não sabe a história do “boi de piranha”: num rio cheio de piranha o pecuarista precisa passar a boiada e há um risco de todo o rebanho ser dizimado pelas piranhas, então o que ele faz? Ele joga um boi vivo na água, as piranhas vêm, enquanto estão atacando o resto da boiada atravessa o rio.

Então, a droga continua rolando solta na porta de igreja, na porta de escola, nas praças, em todo canto e em todo o planeta. E aí vem aquele noticiário bonito que vemos, que quase choramos: de que o Governo está sendo forte, combatendo aqueles que desmatam as florestas brasileiras. E quando o satélite mostra, vemos com tristeza que a nossa Floresta Amazônica já foi quase toda destruída. E está aqui o levantamento da ONU, de cinco anos para cá, infelizmente é com tristeza que fazemos essas afirmação, 40% do desmatamento do mundo ocorreu aqui no Brasil.

Sr. Presidente, recebi de um cidadão indignado, que foi telefonar num telefone público em Curitiba, vários cartões que deixam nos telefones públicos: “Tati, tentação completa e sedutora.” Aí arrebita o bumbum e tira fotografia do bumbum; “Géssica, gatinha sapeca”; Taís, mulata, ousada e sensual”; “Nicole, sensual e ousada”. Sempre com propaganda do bumbum. E tem trouxa que vai lá ainda. Inicialmente, olha, a mocinha vem do interior, está fazendo universidade. A família nem sabe que ela está nesse ramo, e o trouxa vai lá. Isabela e Isadora, outra propaganda aqui do bumbum. Então, tem família que fica indignada porque tem adolescente, tem gente de família, tem gente que adora esse negócio de prostituição, mas tem gente que não aprova, aí vai telefonar, o garoto pega lá o dinheiro, fala para o pai que é para comprar a merenda e vai atrás da gatinha iniciante e já volta com a doença sexual, volta com AIDS, sífilis, etc.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Acho que o eleitor que procurou o senhor deve estar realmente indignado, mas está muito bem de olho, porque consegue enxergar e ler tudo.

Parabéns pelo depoimento que o senhor está fazendo.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Então, você pega o programa do Faustão, aí pega aquela menina, 13, 14 anos, e diz: “Escuta, você já usa pílula anticoncepcional? Eu uso camisinha”. E o pai pensa que a filha dele não está fazendo nada disso, que é só a filha do vizinho, que é só a prima da prima.

Eu sei que é uma liberalidade, não é questão de ser puritano ou não, mas não sei nem o que fazer. Sei que as

famílias de bem não aprovam essa propagação aberta, escancarada que está sendo feita.

E para terminar o Jornal do Estado publica: “Polícia Civil e Militar reclamam dos baixos salários. Os policiais, além do Plano de Cargos e Salários querem também aposentadoria especial por 30 anos de serviço, independente da idade, porque já teve uma decisão do Tribunal de Contas da União sobre a Lei Complementar nº 051/85, que deu aos policiais federais o direito a 30 anos de serviço;” Que esse benefício se estenda aos policiais aqui do Paraná. Merecem os policiais federais? Sim. Mas os do Paraná também têm direito de usufruir dessa igualdade que está sendo dada aos policiais federais.

O nosso apoio e a nossa solidariedade aos policiais civis e militares do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No horário da Liderança do PT, com a palavra o Professor Lemos.

Liderança do PT: Deputado Professor Lemos

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

São vários temas que me trazem à tribuna hoje, Primeiro, quero acompanhar a luta dos nossos policiais civis do Estado do Paraná.

São companheiros e companheiras da Polícia Civil que estão fazendo uma reivindicação justa, porque há muito tempo vêm perdendo o poder de compra, mês após mês.

Essa luta não pode ser uma luta apenas da Polícia Civil do Paraná. É uma luta de todos os trabalhadores do nosso Estado, e tem que receber desta Casa o apoio. Mais do que o apoio, tem que receber desta Casa o desarquivamento do plano de carreira dos nossos policiais civis do Paraná. Ser pautado, votado aqui nesta Casa, recuperando aquele salário, aquele poder de compra que a Polícia Civil já teve no Estado do Paraná.

Sabemos que a violência tem aumentado. A nossa população está a exigir cada vez mais segurança. E precisamos dar condições de trabalho adequado, construir uma carreira justa e um salário digno aos nossos policiais civis do Estado do Paraná.

Portanto, estamos nos somando a essa luta e queremos o apoio de todos aqui desta Casa, para que possamos fazer com que as reivindicações da Polícia Civil do Paraná sejam aqui acolhidas, aprovadas e implementadas pelo Executivo do Estado do Paraná.

Vou me somar aos Deputados que usaram a tribuna hoje, como o Deputado Marcelo Rangel e outros, para enaltecer o trabalho da Polícia Civil e para cobrar as reivindicações desses trabalhadores e trabalhadoras do Estado do Paraná. São servidores públicos e precisam ser atendidos com urgência.

Quero, também, trazer aqui a insatisfação da Polícia Militar que encaminhou um documento, no dia de hoje, assinado pelo Presidente da AMAI, Coronel Elizeu Furquim, conhecido nosso, companheiro, lutador na defesa da Segurança Pública do Estado do Paraná, e que vem acertadamente reclamar da proposta que foi anunciada na imprensa, poucos dias, de corrigir o salário de parte da corporação. Os nossos policiais militares estão preocupados e fizeram este documento que trago aqui nesta tribuna. Quero apresentar este documento aos demais Deputados e Deputadas porque é uma preocupação justa. Precisamos preservar a isonomia. Preservar a isonomia significa o reajuste linear. Não podemos deixar aqueles que ganham menos fora do reajuste ou com reajuste menor. Portanto, é uma reivindicação justa que recebe o nosso apoio e o nosso aplauso.

Na mesma linha que a AMAI traz o documento, também, recebi da Associação dos Policiais, Cabos e Soldados de Cascavel a mesma preocupação que traz a AMAI de que não se pode reajustar os salários de alguns deixando a maioria fora desse reajuste. O Corpo de Bombeiros, esses combativos defensores da vida no Estado do Paraná, invocam o artigo 45 da Constituição do Estado, o seu parágrafo 12, que diz: “*O soldo da classe inicial do Soldado nunca inferior ao salário-mínimo fixado em lei, assegurando-se a diferenciação decorrente do escalonamento linear.*” Portanto, o piso inicial da Polícia Militar no Paraná não pode ser menor do que o salário-mínimo. Pode ser maior, mas não pode ser menor.

Neste momento, estamos acompanhando um congelamento. Até pouco tempo, se pagava uma diferença para alcançar o salário-mínimo, ferindo a Constituição do Estado do Paraná, Constituição esta construída aqui nesta Casa, aprovada aqui por unanimidade e acompanhada pelos servidores públicos. Estive aqui fazendo caminhada, debate, inclusive nessas cadeiras, na ocasião da construção da Constituição. Precisamos, com urgência, discutir isso com o Executivo para que encaminhe para esta Casa uma proposta que corrija o soldo da Polícia Militar do Paraná, respeitando a Constituição do Estado, com no mínimo o salário-mínimo vigente no País. Então, tem o nosso apoio.

Quero, também, chamar a atenção e convidar, mais uma vez, os Deputados e Deputadas desta Casa, para a Audiência Pública de amanhã, às 8h30, no plenarinho desta Assembleia, com os funcionários de escola, que são 25 mil funcionários da rede estadual. Estarão aqui representantes de todas as regiões. Queremos fazer com que o auxílio-transporte seja pago, também, ao funcionário que não é estatutário. Que o período noturno seja estendido ao funcionário que não é estatutário, assim como já é praticado pelos professores, assim como já é pago ao servidor estatutário da escola. Além disso, o chamamento urgente dos concursados para assumirem as escolas, porque temos escolas carecendo de funcionários, seja no administrativo, seja no serviço geral. E no serviço geral necessitamos de mais gente, inclusive.

Então, temos um concurso em andamento com milhares de aprovados e estamos fazendo um contrato PSS temporário, quando podíamos já ter nas escolas os concursados. O Estado fez o concurso, investiu nesse certame e é preciso chamá-los com urgência para dotar as escolas de condições humanas para funcionar o laboratório, a biblioteca, a secretaria, a merenda, a limpeza, enfim, fazer com que a escola funcione na sua plenitude. Então, amanhã é um dia importante e gostaríamos de ter todos os Deputados desta Casa nesse importante debate, às 8h30, no plenarinho da Assembleia Legislativa.

Também quero registrar aqui que o jornal O Paraná, de Cascavel, inaugurou, na Câmara Municipal de Curitiba, a sucursal. O jornal O Paraná, que vem lá de Cascavel, é um jornal importante, um veículo de comunicação que há 33 anos presta um serviço relevante para o Oeste do Paraná e para o Estado do Paraná, encampa lutas do nosso povo na defesa da Educação, inclusive tem um caderno especial de Educação, encampa luta, por exemplo, na defesa da duplicação das nossas rodovias. Esse importante jornal tem encampado lutas, como por exemplo, neste momento, faz uma campanha contra as drogas, na defesa legítima das crianças, dos adolescentes, da nossa juventude. É um jornal que merece parabéns por estar vindo para Curitiba com essa sucursal para ampliar, com notícias boas, o nosso Estado, servindo melhor Curitiba e Região Metropolitana e também as demais regiões do Estado, que daqui de Curitiba ganhará, com certeza, as demais regiões. Parabéns ao jornal O Paraná, que é um jornal de fato.

Quero também, para concluir, anunciar que protocolei, no dia de hoje, um projeto de lei para corrigir a lei que foi proposta e aprovada por esta Casa, proposta pelo Deputado Ratinho Júnior, hoje Deputado Federal, por quê? Porque no projeto dele, na lei que foi aprovada aqui, diz o seguinte: *Demissões consideradas exorbitantes e sem justa motivação*. Isso não segura emprego de ninguém. Por isso, fizemos um projeto, está protocolado nesta Mesa, para corrigir isso. Não pode ficar com essa redação, porque essa redação não assegura emprego de, absolutamente, nenhum trabalhador do Estado do Paraná. Por isso, estamos pedindo o apoio de todos os Deputados e Deputadas para corrigir esse dispositivo dessa lei que é importante para o Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Esta Presidência gostaria de registrar a presença, a pedido do Professor Lemos, do Prefeito de Iguatu, Martinho Lucas de Godoy, igualmente do Sr. Marcos Martine-lli, Secretário Municipal da Agricultura de Iguatu, e também de Guido Barreto, assessor da Prefeitura Municipal de Iguatu. Obrigado pelas presenças.

Liderança da Oposição.

(Declina)

Liderança do Governo: com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sinceramente, eu nem iria falar, aqui, hoje, mas o Deputado Elio Rusch me estimulou a vir à tribuna.

Deputado Elio Rusch, jogo rápido, sem tropeço! Diga-me quantos ônibus, quando o senhor foi base de apoio do Governo anterior, entregou nos Municípios que representa?

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Quinhentas creches foram construídas no Governo passado, mais de 600 escolas foram reformadas, US\$ 350 milhões foram investidos na Educação, na construção de laboratórios e centros. É isso que V. Exa. quer saber?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deputado, o senhor não entregou nenhum único ônibus.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Cumprimos com os 25%. O seu Governo cumpriu de comprar ônibus.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Saibam todos, aqui, que avisei o Deputado Elio Rusch. Dei a chance para ele preparar a resposta para mim de quantos ônibus.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Questão de justiça, Sr. Presidente. Desculpe interromper o Deputado Romanelli. O Deputado acaba de citar algo, que eu não poderia deixar de falar aqui. Ele disse que o Governo Jaime Lerner cumpriu os 25% da Educação. Não é verdade. Nos oito anos do Governo Jaime Lerner acompanho isso, porque estou tratando da minha questão da Prefeitura de Ponta Grossa. É só pegar os dados. Não foram cumpridos os 25% em Educação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há questão de ordem.

O Deputado Romanelli continua com a palavra.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Vim aqui e ouvi o discurso do Deputado Elio Rusch. Fiz uma provocação de uma forma absolutamente respeitosa. Dizer que o tema tem que ser tratado com muita responsabilidade.

O Deputado Caíto Quintana, falando no horário da Liderança do PMDB, fez muito bem feito o seu pronunciamento. Porque temos mantido em todos os segmentos dos servidores públicos, um relacionamento respeitoso nesse Governo. Conseguimos avançar muito em algumas

áreas, especialmente na área da Educação, que foi a área em que mais conseguimos avançar. Temos que reconhecer, em um relacionamento, em relação à Polícia Civil ou à Polícia Militar temos que avançar ainda mais. Temos que ter de fato um novo Plano de Cargos e Salários, moderno, que possa melhor estruturar a carreira dos policiais civis.

Temos que resolver um tema que é complexo de ser resolvido. Porque todos sabem que a Lei Complementar, que foi votada por esta Casa, foi declarada inconstitucional pelo Tribunal de Contas. Todos aqueles policiais que se aposentaram, com aposentadoria especial de 25 anos, não foram homologados, foram anuladas as suas aposentadorias. Mais de 400 policiais tiveram que retornar para ao trabalho. O que reconheçamos que destrutura a vida dessas pessoas.

Ao mesmo tempo, sabemos que a Segurança Pública no nosso País é um tema extremamente complexo, em função da profunda desigualdade social que temos.

Reconheço que os policiais civis e militares têm uma atividade extremamente estressante. Tem que ter um regime especial de aposentadoria. mas esse é um tema, que tem de ser tratado no bojo de toda uma reestruturação da carreira, que está sendo estudada, tanto no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, quanto da Secretaria de Estado da Administração e Previdência, onde a Secretária Maria Marta se dedica, para poder promover no âmbito dessa questão, que é da competência dela, uma solução a ser apresentada ao Governador Requião. Isso será feito.

Deputado Marcelo Rangel, acho que essa área da Segurança Pública, às vezes mexe com as pessoas. Hoje mesmo estávamos trabalhando na CCJ. Tem uma proposta do Governo, em que o Relator era o Deputado Nereu Moura e que tínhamos, na minha avaliação, urgência em aprovar essa proposta que é justamente a criação da Companhia de Policiamento e Operações de Fronteira, a CIPOFRON em Guaíra. E aí o Deputado Douglas Fabrício, desinformado, ele resolveu obstaculizar o andamento regular da criação do Batalhão da Companhia Independente de Policiamento, dizendo que o Governo queria extinguir o Batalhão Independente de Umuarama que recentemente foi criado e está sendo estruturado.

Na verdade, quero dizer, como V. Exa., Deputado Marcelo Rangel, fez um anúncio aqui do caos em Ponta Grossa. Aliás, dou um aparte ao Deputado Jocelito, para que V. Exa. possa de fato falar sobre esse tema de Ponta Grossa.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Fiquei impressionado com os números apresentados pelo eminente Deputado Marcelo Rangel e como já conheço o Deputado, ele usa o slogan: "Ele não inventa, mas ele aumenta". Queria dar os números aqui, que liguei para o 1º BPM e busquei as seguintes informações: as viaturas que temos hoje, na verdade não são 30 que estão nessa oficina. São 13. Treze para 30, qualquer criança

sabe a diferença, é 17; sendo que oito são do 1º BPM, quatro devem ser liberadas amanhã, um caminhão bombeiro que está pronto hoje, duas viaturas da Polícia Rodoviária que saem amanhã à tarde, uma do IML que já saiu hoje e uma UTI móvel que já está saindo.

Agora, é importante dizer, as pessoas que utilizam carro popular, o carro popular, esses mais modernos, não utilizam tanto as pastilhas de freio e outras coisas. Mas, o carro popular que a Polícia usa, troca-se muito freio, a elétrica dá problema, as pastilhas têm que ser trocadas a cada instante, a troca de óleo cada instante. Automaticamente essas viaturas que estão lá, hoje segundo informação da Montalvi - na rua Minas Gerais, 2384, na Boa Vista - tem 13 viaturas e saem rápidas, são viaturas que tem que fazer pequenos consertos.

São 13 viaturas e a maioria estará sendo liberada hoje e amanhã. Só para contribuir.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente. Acredito que o Deputado Jocelito Canto está mal-intencionado. Parece-me que ele não escutou muito bem. No meu discurso, falei sobre o Batalhão dos Campos Gerais. E ele está falando apenas de uma empresa. Gostaria de deixar registrado para que a Mesa Executiva se pronunciasse num momento de injustiça por parte de um Parlamentar dentro da Assembleia Legislativa.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Romanelli, V. Exa. tem a prerrogativa e concedeu o aparte. O aparte dentro do assunto que V. Exa. trata. Tem a palavra.

(Tumulto em plenário - Deputados Jocelito Canto, Marcelo Rangel, pedem aparte ao mesmo tempo)

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Quero dizer que as palavras do Deputado Marcelo Rangel estão aqui. Só nessa empresa são 30 viaturas, inclusive ambulâncias e viaturas móveis. Não estou mal-intencionado, só não quero ter o slogan de inventar coisas que não são verdade. Chega de mentira.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não há questão de ordem a decidir. A palavra continua com o orador que está na tribuna, o Deputado Romanelli. E vou repor a V. Exa. V. Exa. tem dois minutos para concluir.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, eu concedo sempre a palavra aos meus debatedores e entendo que efetivamente nesta Casa aqui o contraditório é fundamental. Eu sei que as vezes incomoda as pessoas.

Eu vi o Deputado Elio Rusch, falando sobre o piso do salário-mínimo, Deputado Elio Rusch, e pelo que eu percebo, inclusive, V. Exa. não assinou ainda a PEC do

Deputado Marcelo Rangel, que é uma cópia original, acrescida da questão das demissões coletivas em relação a tramitação da PEC do Emprego. Muito provavelmente, V. Exa. vai fazer um cavalo de batalha também contra o piso do salário-mínimo no Paraná de R\$ 629, porque, olha sinceramente, vamos fazer o seguinte, vamos lotar essas galerias aqui no dia da votação do piso com as centrais sindicais, com os trabalhadores, porque se não é capaz de derrubarem também o piso salarial. Sinceramente! Nunca vi uma reação tão dura, que se tem aqui contra os trabalhadores. Estou francamente indignado!

Fiz um acordo, inclusive, com o Deputado Marcelo Rangel, falei para ele, para votar na PEC naquele dia, e V. Exa. verá os seus companheiros que também juntos votaram vão fazer de tudo para essa PEC não prosperar. E cada hora vão inventar uma desculpa: "Ah, não precisa, que é isso, que é aquilo". Mas, V. Exa. sabe é a poderosa Federação das Indústrias andando pelos corredores da Assembleia, fazendo lobby para não aprovar uma legislação protetiva ao trabalhador no Estado do Paraná, das empresas que são beneficiárias daquilo que é fruto da sociedade paranaense que são os impostos. A empresa recolhe os impostos e não repassa para o Estado e ao mesmo tempo quer demitir seus trabalhadores e isso, sinceramente, é rigorosamente inaceitável.

Por isso que quando começo a ouvir o discurso, esse discurso de V. Exa., Deputado Elio Rusch, falava há pouco tempo atrás - até as cadeiras aqui desta Casa sabem - o que o senhor vinha para à tribuna e falava? O Estado do Paraná está quebrado, o Governo está falido, o Governo não tem dinheiro para pagar as contas - era esse o discurso...

(Término do tempo)

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. tem um minuto Deputado Romanelli, para concluir.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

...ficaram mais de um ano falando que o Estado estava quebrado. Podem pegar as notas taquigráficas aqui desta casa e todo mundo se lembra o discurso que tinha e qual o tema, na verdade? O tema é o seguinte - o Governo tem uma política salarial para os servidores públicos. E a outra coisa - não me venham com essa conversa que só é a iniciativa privada que paga. Iniciativa privada, vírgula. O piso salarial destina-se, tem como destinatário 170 mil trabalhadores que não são sindicalizados e que ganham o salário-mínimo no Paraná. Também 1 milhão de trabalhadores que ganham o salário-mínimo e não tem carteira assinada. E também, é claro, como uma referência para os sindicalizados, como estabelecendo um novo piso.

E V. Exa., Deputado Elio Rusch, sabe muito bem, como sabe o Deputado Douglas Fabrício, que quem ganha R\$ 630 hoje não vai ter aplicado no setor privado, Deputado Valdir Rossoni, nenhum real de reajuste. Esse reajuste é para quem ganha o salário-mínimo.

Então, pelo amor de Deus, vamos parar de trabalhar contra os trabalhadores, porque, sinceramente, isso nem cristão é.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Acho que V. exa. há de entender o meu pela ordem, já que o Deputado Romanelli passou quatro minutos do seu tempo.

Nenhum Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Só um minuto. Deputado Elio Rusch, vamos restabelecer a verdade: concedi dois minutos ao Deputado Romanelli, por força da discussão do Deputado Jocelito e do Deputado Marcelo Rangel, e sempre consideramos aí um minuto de tolerância, então mais um minuto. Passaram dois minutos além do tempo.

Questão de ordem levanta V. Exa. Qual é a questão de ordem?

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Questão de Ordem)

Quero deixar bem claro. Sr. Presidente, e principalmente para os paranaenses, já que a Sessão é transmitida, e deixar claro que nenhum Parlamentar, professor Romanelli, Deus dos Deuses, nenhum Parlamentar, Deus dos Deuses, que votou contra os empregados. Ninguém. Ninguém votou contra os trabalhadores. Todos estão preocupados com os trabalhadores. E isto ficou muito claro.

Demagogia, V. Exa. vá fazer no seu partido e nos seus eleitores. Mas, aqui na Casa querer aplicar pecha em algum Deputado, não aceitamos, de forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Romanelli, não há questão de ordem a decidir levantada pelo Deputado Elio Rusch.

Deputado Rossoni pela ordem.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Deputado Augustinho Zucchi, será que não seria possível nós usarmos o horário da Liderança da Oposição? Quando V. Exa. chamou o Líder da Oposição, estava conversando com o outro Parlamentar e não ouvi, que o Deputado Elio Rusch me cedeu o horário da Liderança da Oposição. Se V. Exa. pudesse contribuir para que possamos fazer o pronunciamento no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Rossoni, em certo dia aqui o Deputado Romanelli, se encontrava conversando com outro Parlamentar, eu chamei o horário da Liderança do Governo e ele não estava e estava colocado antes do horário da Liderança da Oposição. E a pedido do Deputado Elio Lino Rusch que eu achei justo, porque as ordens são colocadas e se alternam dia a dia, não concedi o horário ao Deputado Romanelli, que inclusive naquele momento disse que a presidência tinha sido autoritária. É uma questão de critério.

Lamento, não conceder a V. Exa. para usar o mesmo critério em que se sentiu prejudicado dias atrás o Deputado Romanelli.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Acato a sua questão de ordem e farei o meu pronunciamento no dia de amanhã, mas apenas para fazer um registro, porque deve ter muitos paranaenses neste momento nos assistindo, gostaria de dar aqui o meu e-mail para ver se tem algum paranaense satisfeito com a Segurança do Paraná, que escrevessem para rossoni@valdirossoni.com.br. Quero ver quantos paranaenses estão satisfeitos com a Segurança do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Questão de Ordem)

Quero formular uma questão de ordem a V. Exa. No Regimento Interno artigo 104 e o parágrafo 4°.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. tem razão Deputado Nereu Moura, no momento em que o Parlamentar pede pela ordem, o Presidente deverá conceder a palavra no momento em que isso não corresponde ao que diz o Regimento, nós pedimos ao Parlamentar que deixe de falar. É difícil cassar a palavra.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

O Parlamentar precisa indicar desde logo qual o artigo do Regimento que está sendo desconsiderado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Projetos que necessitam de apoiantes Deputado Ney Leprevost.

O SR. MARCELO RANGEL (PSB) (Pela Ordem)

Gostaria de fazer a minha inscrição em Explicações Pessoais.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria de me inscrever em Explicações Pessoais.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está todo mundo inscrito é a prerrogativa do Presidente. Os três, 10 minutos para cada um.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, na semana passada tivemos aqui um pedido de Explicações Pessoais do Deputado Romanelli, que inscrevi e o Deputado Reni. O Deputado Nelson Jus-

tus disse que tinha direito apenas dois. O Deputado Marcelo Rangel se inscreveu, eu me inscrevo e acho que V. Exa. como uma pessoa equilibrada e que faz justiça vai estabelecer a mesma norma.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 011/09, subscrito pelo Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, comunicando, sua ausência da Sessão Plenária do dia 12 do corrente mês, em virtude de viagem à Região Central do Estado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicações nºs 225, 226 e 227/09, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constantes do expediente, solicitando ao Sr. Governador do Estado, que seja viabilizado ônibus escolar para os respectivos Municípios: Espigão Alto do Iguaçu, Engenheiro Beltrão e Cruz Machado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações nºs 228, 229 e 230/09, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constantes do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Governador do Estado, que seja destinado uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, para os respectivos Municípios: Laranjeiras do Sul, Iporã e Londrina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 231/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação a implantação de Curso Profissionalizante em Paranavaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 997, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência da Sessão Plenária do dia 16 do corrente mês, por motivo de saúde. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 049/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que dispõe sobre a proibição da prestação de serviços de vigilância de cães de guarda com fins lucrativos em todo o Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 458/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que autoriza o Poder Executivo a implementar o Programa de Prevenção e tratamento da Anorexia, Bulimia e Transtornos Alimentares do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

Discussão Única (Proposição)

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 092/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 284/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o Município de Iguatu ao Município de Anahy. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

OF/CTL/CC nº 323/06.

Curitiba, em 11/12/06.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 317/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 284/06, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado dos Transportes de que, no Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, inexistem recursos para atendimento das despesas com a pretendida estadualização de estrada e que, a medida, caso

acolhida, afrontaria a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituiu a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 284/06, encontra-se publicado no DA nº 054/06, de 23/05/06, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 092/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 284/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, foi aprovado nesta Casa de Leis no dia 17/10/06, e encaminhado à sanção.

O Sr. Governador vetou integralmente o projeto de lei, usando de suas prerrogativas constitucionais, e através do Ofício CTL/SEEG 323/06, de 11/12/06, no qual externou suas razões do veto, devolveu o autógrafo obedecendo assim os prazos estipulados no artigo 71 da Magna Carta Constitucional.

Cumpridos os ditames constitucionais e regimentais a proposição veto em apreço está em condições de ser encaminhada para discussão e votação em Plenário, segundo o rito especial estabelecido no artigo 213 do Regimento Interno desta Assembleia.

Sala das Comissões, em 05/03/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

Tendo em vista que se trata de veto, vamos fazer votação nominal.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) **(Pela Ordem)**

Gostaríamos que fosse feita uma única votação para os dois vetos.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Não há requerimento sobre a mesa para fazer a votação conjunta.

Vai se proceder à votação desse veto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Para encaminhar o veto, queria solicitar aos membros que integram a bancada de apoio ao Governo, no sentido de manter o veto apostado pelo Governador Requião. Nós sabemos da inconstitucionalidade na propositura que o Parlamentar faça a estadualização de um rodovia municipal.

Por isso gostaria de solicitar aos Srs. Parlamentares para votarem pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Os Deputados favoráveis à manutenção do veto deverão votar com a expressão SIM. Os contrários, com a expressão NÃO, lembrando que o veto só será rejeitado pela maioria dos Srs. Deputados, ou seja, 28 votos NÃO.

(Tumulto no plenário)

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Como temos um veto a ser votado, gostaria que V. Exa. ou fizesse chamada nominal, ou a verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Vai ser zerado o painel, portanto será conferido.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Gostaria que tivesse o mesmo procedimento de sempre, chamada nominal, como foi feito em todas as votações.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Vou proceder à votação, porque vejo aparência real de quórum.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) **(Pela Ordem)**

Pergunto: o Deputado Romanelli disse que é uma estrada municipal e estou lendo aqui, a rodovia que liga o Município de Iguatu ao Município Anahy, são dois Municípios, não é Distrito, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Para Encaminhar)**

É uma estrada que liga Municípios, mas são rodovias municipais atualmente, que se pretende estadualizar.

A nossa orientação é para votar SIM, mantendo o veto. E isso. Nós sabemos da inconstitucionalidade.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) **(Para Encaminhar)**

Embora eu não seja autor, o autor deste projeto é o Deputado Hermas Brandão, mas se a rodovia fosse estadual não necessitaria de um projeto para estadualizar, ela já seria estadual. Se o Deputado Hermas Brandão, hoje Presidente do Tribunal de Contas, pede para estadualizar, autoriza o Governo do Estado a estadualizar, é lógico que a rodovia não é estadual, ela é municipal. Só para esclarecer isto ao Deputado Luiz Claudio Romanelli. Estes esclarecimentos se fazem necessários e vamos votar contra o veto.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Em votação. Os Deputados favoráveis à manutenção do veto, deverão votar com a expressão SIM. Os contrários, obviamente, com a expressão NÃO.

Trinta e oito Deputados presentes: 23 votos NÃO e 14 votos SIM.

Está mantido o veto e rejeitado o projeto.

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 105/07, veto aposto ao Projeto de Lei nº 352/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza a estadualização da rodovia que liga Pinhal de São Bento a Ampére. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)**

OF/CTL/CC nº 319/07.

Curitiba, em 27/09/07.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 233/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 352/07, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de, no Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, inexistir recursos para atendimento das despesas com a pretendida estadualização de estrada e que, a medida, caso acolhida, afrontaria a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 352/07, encontra-se publicado no DA nº 046/07, de 14/04/07, em Projetos de Lei).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 105/07**

P A R E C E R :

A proposição de veto ao Projeto de Lei nº 352/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, objetiva estadualizar a rodovia que liga Pinhal de São Bento a Ampére.

Usando da prerrogativa que lhe é constitucionalmente conferida, o Sr. Governador, tendo recebido o autógrafo no dia 10 do mês de setembro deste ano, vetou integralmente o projeto de lei, por convicção que externou em suas razões de veto, e obedecendo os prazos estipulados no artigo 71 da Magna Carta Constitucional, desenvolveu o autógrafo a este Poder Legislativo no dia 01 de outubro do corrente.

Cumpridos os ditames constitucionais e regimentais a proposição de veto em apreço está em condições de ser encaminhada para discussão e votação em Plenário.

Sala das Comissões, em 06/11/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, pelo mesmos fundamentos do veto anterior, peço a manutenção, porque é contrário ao interesse público, e pela inconstitucionalidade, e em face de inexistir recursos para atendimentos às despesas.

O encaminhamento da nossa bancada é para votar SIM, para manter o veto.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

Eu encaminho pelo NÃO, em nome do Deputado Caíto Quintana, que não está presente, até porque esta rodovia já foi anunciada pelo Governador de que ele iria asfaltar. Então, ele não vai colocar asfalto em cima de uma estrada municipal.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o PDT encaminha pelo NÃO.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, acho que está havendo um equívoco do Líder do Governo. Vejo aqui, Deputado Caíto Quintana, que é um homem que conhece profundamente o Sudoeste do Paraná e que pede para estadualizar uma estrada que liga dois Municípios do Sudoeste do Estado, sob o argumento de que não tem recursos.

Aí vem o Deputado Reni Pereira e diz que o Governador anunciou o asfaltamento desta estrada. Se o Governador anunciou o asfaltamento, é natural que esta estrada tem que se tornar estadual.

Acredito, sinceramente, que se presente aqui a defesa, seria neste sentido. Esta estrada tem que ser estadual, para que o Governador possa cumprir seu compromisso com os Municípios de Pinhal de São Bento e Ampére.

Por isso, Sr. Presidente, quase derrubamos o veto do projeto de autoria do Deputado Hermas Brandão, porque ele também pedia a estadualização de uma estrada. Acho que agora poderíamos fazer uma homenagem para este homem que representa o Sudoeste, somado a V. Exa., que também representa o Sudoeste, junto ao Deputado Luiz Fernandes Litro, ao Deputado Ademar Traiano, poderíamos dizer NÃO ao veto do Governador.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está em votação.

Deputados favoráveis à manutenção do veto votaram com a expressão SIM e Deputados contrários votaram NÃO.

Encerrada a votação: tivemos duas abstenções, 15 NÃO e 21 SIM.

Está mantido o veto e rejeitado o projeto.

Convido o eminente Deputado Anibelli para assumir a presidência da Casa.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente peço a V. Exa. que continue, pois estou sem condições físicas e de voz porque estou com um resfriado muito grande. Estou presente para que não seja pichado como ausente, porque a FIEP esteve em meu gabinete e quem diz isso é irresponsável.

Então estou aqui suando, com 40°C de febre, e peço a V. Exa., já que presidiu com tanto brilho esta Sessão, que continue até o final. Prometo que em uma outra data passo o dia inteiro de castigo presidindo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 963 de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

Requerimento nº 986, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Marcelo Rangel, Elio Rusch e demais Deputados da Bancada da Oposição constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, questão de ordem.

Gostaria que V. Exa. pedisse que fosse feita a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Será feita a leitura do requerimento. Com a palavra o 1º Secretário, Deputado Chico Noroeste.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)

(**Procede à leitura do requerimento de autoria de vários Deputados da Oposição**)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente permita-me. Antes de encaminhar, queria aqui fazer uma questão de ordem como preliminar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. pode fazer a questão de ordem.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Questão de Ordem**)

Amparado no Regimento Interno eu percebo, numa análise, enfim, pelo menos prima face, que esse requerimento não é nem envio de expediente, nem de informações. Na verdade é o seguinte: eu não consigo enquadrar esse requerimento em nenhuma das modalidades previstas no nosso Regimento Interno. Gostaria que se fosse possível que a Mesa pudesse me responder de forma objetiva: em qual artigo do nosso Regimento Interno se enquadra? Porque sinceramente ele não está, na minha avaliação, é claro, enquadrado. Por isso que eu queria que V. Exa. pudesse, preliminarmente, tratar desse tema.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Romanelli a Mesa recebeu requerimento, e como tal achou que tem procedência a discussão e votação do requerimento. Portanto, está em votação, V. Exa. poderá encaminhar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Então, queria encaminhar contrariamente à aprovação do presente requerimento, porque todos sabem que o Governo adotou um critério baseado na população do Município, quantos quilômetros quadrados o Município possui, quais são as origens e destino que temos das linhas de transporte escolar de cada Município, quantos alunos são transportados da rede pública estadual em cada um dos Municípios. E é claro, quantos veículos, quantos ônibus já dispõem esses municípios, e se têm frota própria ou se são veículos terceirizados.

Como todos sabem, são recursos orçamentários que possibilitaram a aquisição de mais de 1 mil e 100 ônibus para serem distribuídos. Teremos a distribuição entre dois e seis ônibus, no máximo, por cada um dos Municípios. O critério é técnico, e todos sabem também que o Governo está recebendo os ônibus, que estão aqui na frente, e eu convido os Deputados da Oposição a irem visitar os ônibus, porque serão entregues primeiro para os Municípios da Região Metropolitana e depois será feito, até por conta do volume dos ônibus, um critério técnico.

Todos sabem, aliás, os Deputados que me procuraram, que integram a base, e até alguns da Oposição que me procuraram, eu também procurei informar a todos de forma indistinta, até porque o critério é técnico, Deputado Dobrandino. Então, estamos recebendo os ônibus. Para poderem ser entregues tem que ser feita uma apólice de seguro, foi licitada a seguradora, cada Município terá que contratar essa apólice de seguro, porque amanhã ou depois o ônibus sofre um acidente e vem aquele problema, tanto em relação a terceiros quanto especificamente a substituição do próprio ônibus.

O requerimento, Sr. Presidente, na verdade é para

promover, eu não diria nem desgaste político do Governo, porque o desespero, na verdade, eu percebo aqui, dos subscritores desse requerimento, Srs. Deputados que integram a base do Governo, o desespero na verdade é de ver os ônibus ali na frente e falar: “Meu Deus do céu, como eu gostaria de poder entregar esse ônibus”. Certamente o Governador Requião deverá convidar a todos os Deputados sendo da Situação ou da Oposição, para poder fazer a entrega desses ônibus. Claro que alguns da Oposição vão ficar constrangidos de ir, mas certamente os Deputados que dão sustentação ao Governo irão.

Então, quero pedir votando NÃO, pela rejeição, Deputado Reni Pereira, do presente requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o que me parece, eu não sei, conselho não se dá, porque damos conselho de graça. O Deputado Romanelli não sabe fazer um encaminhamento sem agredir, ou os seus companheiros de bancada, ou os seus opositores. Outro dia ele fez um encaminhamento, Deputado Anibelli, V. Exa. que não está bem de saúde, mas é bom que V. Exa. escute, outro dia ele fez um encaminhamento aqui, agrediu todo mundo dizendo que estavam escondidos por causa da FIEP. Repetiu isso hoje novamente e continua repetindo. E a mentira mil vezes falada, de repente vai se tornar verdade. Eu quero dizer para o Deputado Romanelli que quem apoiou o Presidente da FIEP não fui eu, foi o Governador do seu partido.

O requerimento apenas está pedindo providências do Governador, nada excepcional, ninguém está dizendo que não é uma boa atitude. É uma boa atitude do Governador, pois sabemos em que precariedade são transportados os alunos nos Municípios do Paraná.

Agora, enquanto os ônibus estão ali parados na frente do Palácio Iguaçu, as crianças estão sendo transportadas por ônibus escolares em precárias condições, ou nem estão sendo transportadas. Vai fazer quase um mês que os ônibus estão ali.

Estamos pedindo agilidade para que entregue os ônibus e obedeça a proporcionalidade, o número de alunos que são transportados por cada Município. É um requerimento coerente. E, de repente, parece que não somos Parlamentares. Só é Parlamentar quem segue a cartilha do Líder do Governo.

Não queremos causar nenhum mal. Gostaríamos de não ser convidado para a entrega. Até porque esses ônibus estão causando um mal-estar. Tem cidade que já passou 10 Deputados anunciando esses ônibus. Fica feio, porque estamos aqui para legislar.

Estamos pedindo apenas um pouco de urgência na entrega desses ônibus. Nada para afrontar o Governo. É uma questão de bom senso.

Espero que os Parlamentares, em nome dos seus municípios que receberão esses ônibus, e pelo que soube é através de critérios técnicos, até elogio o Governo, mas

que agilize a entrega desses ônibus. Então, que seja aprovado esse requerimento.

Muito obrigado.

O SR. ELTON WELTER (PT) (Para Encaminhar)

Olhei o requerimento e vi que a intenção do requerimento não tem nada de errado.

Vou votar favorável ao requerimento. Ele pede celeridade na entrega, acho que é justo. É um programa estadual para atender todos os Municípios do Paraná. Os louros são de todos, este Poder, até porque somos nós que votamos o orçamento. Não vejo constrangimento de Deputado da Situação ou Oposição em votar favorável ou contrário.

Vou votar favorável, porque é pertinente.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o assunto é palpitante, uma vez que mexe, de fato, com muitos interesses, mas sobretudo com a Educação do Paraná.

Os ônibus estão ali, são bonitos, agradam os estudantes, os Prefeitos, os Vereadores, os eleitores do Paraná, e dá um gosto na boca de fazer parte da entrega desses equipamentos, comprados, pela primeira vez na história do nosso Estado, pelo Governo do nosso Estado.

O Governador Roberto Requião, pela preocupação que tem, está licitando o seguro dos ônibus. Esses ônibus só sairão para o interior do Estado do Paraná após estarem segurados, estiverem com a apólice do seguro. Esses ônibus só sairão para o interior do Estado quando os motoristas fizerem um curso oferecido pela Secretaria do Trabalho do Paraná, conduzida pelo nosso colega Deputado Estadual Nelson Garcia, formando os motoristas desses ônibus para que eles saibam transportar os estudantes, para que eles saibam mexer com a Educação, com um público tão especial como são os estudantes do Paraná.

É evidente que os ônibus estão aí na frente do Palácio Iguaçu para mostrar ao povo do Paraná onde está indo o dinheiro desse povo. Eles suscitam uma série de interpretações, uma série de indagações, se não explícitas, implícitas, mas está tudo certo. O Governo está tendo a responsabilidade, a decência, a correção de fazer uma política de transporte escolar no Estado do Paraná, com ônibus de qualidade, com seguro e com formação dos motoristas para que esses equipamentos tenham a utilidade adequada, correta, como quer o Governo do Paraná, como quer esta Casa, como querem os Prefeitos e, especialmente, a sociedade paranaense.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, a questão do requerimento, a súmula é bem simples e fala o seguinte: “Sr. Presidente, os Deputados que subscrevem, no uso das suas atribui-

ções constitucionais, legais e regimentais, requerem aos Srs. Governador do Estado, Roberto Requião, e ao Secretário Chefe da Casa Civil, Dr. Rafael Iatauro, que seja procedida a imediata entrega dos ônibus adquiridos pelo Governo para o transporte escolar no Estado, estacionados em frente ao Palácio Iguazu.” Os ônibus estão todos estacionados em frente ao Palácio Iguazu e o que estamos pedindo é que eles sejam entregues imediatamente.

Continuando a leitura: “E também que sejam adquiridas novas unidades, de modo a contemplar todos os Municípios paranaenses, com no mínimo três veículos por Cidade, independentemente do número de crianças matriculadas nas escolas públicas. Adotando-se a partir deste número para a distribuição dos demais ônibus necessários para cada municipalidade o critério da proporcionalidade em relação às crianças matriculadas no ensino público e que necessitam de transporte escolar gratuito.” Não vejo problema algum de ser aprovado este requerimento querendo que o Governo entregue os ônibus que já estão à disposição, estão aqui em frente ao Palácio.

Agora, para que deixar os ônibus um mês, dois meses, três meses, em frente ao Palácio? Para quê? Não entendo.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PDT)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, estou acompanhando toda essa discussão. É claro que os Deputados que apóiam o Governo estão no papel deles. Claro, todos estão. E estamos aqui exatamente para estabelecer o contraditório. Mas o dinheiro desses ônibus que estão ali na frente é do povo.

Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. sabe por que as crianças estão sendo transportadas de forma precária em todo Paraná? Sabe por quê? Porque o dinheiro desses ônibus era para estar na Prefeitura há muito tempo. Só isso. Aí o Governo resolveu compra-los agora. Eu não tenho inveja nenhuma. Pelo contrário, o Governo não está fazendo mais do que a obrigação dele e tem que mandar logo esses ônibus. É claro que está tomando precauções. Concorde. Existe a parte técnica da entrega. Concorde também, mas não está fazendo mais do que a obrigação dele.

E é bom que o povo do Paraná saiba que nós aqui aprovamos um orçamento para comprar esses ônibus, para mandar o dinheiro lá para as Prefeituras, mas o dinheiro... Será que foi uma desconfiança? Não é verdade, Deputado Romanelli?

(Deputado Romanelli discorda)

Então, o Governo não faz mais do que a obrigação.

Veja, viver dessa forma, fazendo essa discussão toda de uma necessidade do povo lá do interior. Será que o povo não está vendo tudo isso? Claro que está vendo, vamos agilizar!

Nós devíamos estar preocupados aqui com a notícia que saiu hoje de que, com toda a estiagem no Rio

Grande do Sul, aquele Estado está colhendo muito mais do que o Paraná. Devíamos estar preocupados com isso, sabermos por quê, e queremos saber por quê, e no entanto, estamos discutindo os ônibus. É claro, aqueles ônibus ali parecem doces na boca de criança. Agora, deixar em exposição, viu Deputado Romanelli, deixar os ônibus ali em exposição, eu não estou criticando, sabe por quê? Porque no Governo que eu apoiei aqui, do querido Jaime Lerner, que foi um Governo exemplar, um Governo atuante, um Governo progressista, fazia a mesma coisa, colocava ali na frente. E olha, quantos ônibus foram colocados ali na frente, mas o jogo era mais rápido. Não era só ônibus, eram tratores, ambulâncias, indústrias, empregos. Tanto é que o Governo hoje está recebendo os impostos das indústrias que o Jaime trouxe para poder comprar esses ônibus.

Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, só queria registrar que ouvi mais uma pérola agora aqui, Deputado Romanelli, alguém falou, não sei qual dos Deputados que encaminhou, falou que faz três meses que os ônibus estão aqui em frente. Já faz três meses? Está registrado nos Anais da Casa. É aquela história, eu não aumento, mas eu invento.

Por outro lado, Sr. Presidente, veja como é o dilema de um Governador, um Governador sofre. Lembro-me que naquele período em que os policiais militares estavam se formando, o Governo antecipou a formatura porque havia um reclame da falta de policiais. Lembram a confusão que deu aqui no Estado do Paraná, aqui na Assembleia? Foi a maior confusão, porque o Governo não podia antecipar a formatura dos policiais em alguns meses, porque tinha que cumprir as formalidades, era obrigação. Lembro-me que teve uma confusão danada aqui, vários Deputados se manifestaram dizendo que não podia passar as etapas, que era algo que nunca tinha acontecido, que não podia passar as etapas.

Então, vejam como sofre um Governo. Lá atrás o Governo quis colocar os policiais na rua, porque se reclamava sempre por mais segurança. Antecipou-se a formatura, colocou os policiais na rua, para quê?

Para ter mais segurança. Viu-se uma reclamação geral aqui, reclamaram. Meu Deus do céu! Sentaram a lenha porque o Governador tinha antecipado aquilo que devia cumprir as formalidades. Agora, vejo o contrário, vejo o pessoal pedindo para mandar os ônibus sem treinar os motoristas, sem colocar o seguro. e se um ônibus desses mata alguém, de que é a responsabilidade, de quem forneceu os ônibus sem seguro, sem os devidos documentos?

Então, é só uma manifestação que eu gostaria de fazer, lembrando aquele episódio: antes não podia; agora pode. Tudo é política.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Está em votação. Deputados favoráveis ao requerimento votarão SIM; os contrários votarão NÃO.

Esta encerrada a votação.
Dezenove, NÃO; 13, SIM.
Está rejeitado o requerimento.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, questão de ordem?

(Assentimento)

O artigo 104 diz que quando se tem dúvida do Regimento, formulamos uma questão de ordem. Então, quero colocar dúvida a V. Exa. *Artigo 83: Para manutenção da ordem, respeito e solenidade das Sessões serão observadas as seguintes regras.* Tem a regra nº 01, nº 02 e nº 03. *“E deverá, falando da bancada, os oradores deverão se manter em pé. Em caso algum poderão fazê-lo de costas para a Mesa.”*

Tenho observado que alguns Parlamentares, ao se dirigirem à Mesa, não estão respeitando o Regimento Interno, quando deveriam ficar em pé para se reportarem à Mesa. Por isso estou reclamando de novo o cumprimento do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Tem razão V. Exa.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente?

(Assentimento)

Justificar ao nobre e respeitoso companheiro, Nereu Moura, que quando falei sentado, ali, não foi por falta de respeito. Sabe por quê? Meu filho é maior do que eu. Quando ele era pequenininho, eu chamava a atenção dele, eu me ajoelhava para ficar na sua altura. Eu fiquei exatamente na altura de todos nós. Só não fiquei mais em pé porque estou com problema na tíbia. Espero que esteja resolvido isso em 15 dias.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requerimento nº 1000, de autoria dos Deputados Douglas Fabrício, Plauto Miró, Ademar Traiano e demais Deputados da Bancada da Oposição, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, não vou pedir para discutir este requerimento, porque encaminhei essas informações ao Deputado Elio Rusch e ele não se satisfaz com as respostas que foram enviadas pelo Presidente da COHAPAR, Rafael Greca, que mentalmente é ágil. Entendo que como se trata de um tema de interesse público, nada mais legítimo do que aprovar o pedido de informações, que será devidamente respondido pela COHAPAR, sem nenhuma dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação. **Aprovado.**

Requerimentos nºs 974 a 980, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 981, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 982 a 985, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 999, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, com apoio da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 993, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 995, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1001, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1003, de autoria dos Deputados Antonio Belinati, Elio Rusch, Ademar Traiano, Ribas Carli Filho e das Deputadas Rosane Ferreira, Beti Pavin e Luciana Rafagnin, membros da Comissão de Defesa da Mulher, da Criança e do Adolescente, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, primeiro quero agradecer o Líder do Governo, pelo fato de ter entendido que as informações que chegaram até...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Já passamos esse requerimento.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Calma, Sr. Presidente. O Deputado Romanelli foi muito gentil em aprovar o requerimento e disse que o Deputado Rafael Greca foi muito ágil em responder esse pedido de informações.

Já questionamos à Mesa, no dia 2 de março, sobre um pedido de informações que formulamos no ano passado, foi aprovado dia 18 de novembro. No dia 17 de março o Deputado Douglas Fabrício também cobrou a Mesa da Casa, o pedido de informações à COHAPAR e também do expediente ao Chefe da Casa Civil, solicitando informações que seguem em relação ao seguro e outras questões a mais.

Só gostaria de dizer que esse requerimento do dia 18 de novembro, que foi aprovado, não recebemos

a resposta ainda. Que a Mesa tomasse as providências. Se não chegarem esta semana, vamos entrar na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Tem razão V. Exa. Vamos solicitar à assessoria da Mesa que providencie as respostas estabelecidas no pedido de informação aprovado por esta Casa.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Apenas para ficar registrado que as duas últimas votações não contaram com o voto da Deputada Rosane Ferreira, devido uma agenda com um dos Secretários de Governo, assumida anteriormente, para reivindicar questões concernentes à Cidade de Araucária.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado pela informação de V. Exa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Marcelo Rangel, inscrito.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Normalmente, nas Explicações Pessoais, debatemos sobre assuntos que foram amplamente debatidos na Sessão. E eu poderia utilizar esse tempo que tenho à disposição para responder a um Parlamentar que tentou me ofender nesta tarde. E dizer o que penso a respeito da falta de educação que vi hoje aqui. Também da má-fé. Mas, não vou fazer isso. Mesmo sabendo que este Parlamentar prestou um desserviço à sua Cidade e ao Estado do Paraná, vou poupar os paranaenses de uma discussão como essa, mesmo lamentando.

Subi aqui na tribuna para falar de Segurança Pública, para falar a respeito da valorização profissional dos policiais do Estado do Paraná. E trouxe fotos que tirei em Ponta Grossa, na região dos Campos Gerais, das viaturas sucateadas que estão fora de uso.

E para dizer que o Governo do Estado do Paraná está devendo às empresas, não somente em Ponta Grossa, mas em todo o Estado, para as empresas que fazem a manutenção. Os policiais estão sofrendo com a falta de viaturas. Policiais da ROTAM estão utilizando até mesmo motos para cumprir o seu trabalho.

Srs. Parlamentares, Srs. Deputados: se tem alguém aqui na Assembleia Legislativa que não está preocupado com a segurança do seu Estado e principalmente Da região que representa, digo que eu estou. Estou simplesmente atônito com todas as coisas que estão acontecendo com relação à Segurança no nosso Estado.

E subo aqui na tribuna para dizer que tive um requerimento aprovado na Assembleia Legislativa perguntando ao Sr. Secretário da Segurança Pública: qual o número de viaturas do 1º Batalhão da Polícia Militar de Ponta Grossa, que estão em pleno funcionamento?

Quantas viaturas encontram-se paradas ou em manutenção? Quais são as empresas que fazem manutenção e as revisões das viaturas do 1º Batalhão da Polícia Militar em Ponta Grossa?

Pois bem, foi aprovado, e o Governo do Estado não me deu resposta alguma. Eu não recebi resposta da Secretaria da Segurança. Eu tive que fazer uma fiscalização *in loco*. E quem quiser pode contar o número das viaturas nas fotos que tenho aqui em mãos.

Agora, é simples, quando a Bancada de Oposição traz uma denúncia, denúncia que é feita pelos próprios cidadãos através do e-mail que está aparecendo neste momento na tela, quando trazemos denúncias para o plenário e gostaríamos de debater e cobrar ações concretas do Governo do Estado do Paraná, infelizmente somos atingidos por palavras de baixo calão, por ofensas de má-fé, por falta de educação de alguns Parlamentares que não sabem defender o Governo como se deveria.

Eu respeito cada Parlamentar. Eu respeito cada Deputado aqui da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná pelo seu posicionamento. Por diversas vezes elogiei, inclusive atitudes de Deputados do Governo do Estado pelos seus posicionamentos e pelo bom debate na Assembleia. Mas não posso admitir que eu seja ofendido para tentar justificar a ausência de ações concretas por parte do Governo do Estado.

Eu utilizo as Explicações Pessoais, mais uma vez, para reivindicar valorização aos nossos policiais civis militares, porque é inadmissível saber que um policial militar tenha que subir numa viatura sucateada, que muitas vezes não tem nem trinco na porta, que não tem freio, ou até mesmo quando é solicitado por telefone, ficar à mercê de motos para fazer a sua ronda. Isto é inadmissível! Sem falar com relação ao número de policiais no Estado do Paraná, ao contingente que é um dos menores do País.

Estamos preocupados, sim, com a Segurança Pública. Eu sou da Oposição, sou Deputado Estadual de primeiro mandato. Conquistei 52 mil votos na minha primeira eleição política. Vou defender o meu posicionamento, o posicionamento dos cidadãos paranaenses que querem mais segurança para o Estado do Paraná e não vou admitir ofensas particulares à minha pessoa, mesmo porque sou representante do povo do Estado do Paraná.

E mais, quero deixar aqui um alerta: eu tive meus telefones particulares grampeados e com muita escuta ilegal. Estou levantando justamente com a Polícia para descobrir de onde surgiram os grampos e vou denunciar, seja essa pessoa quem for, seja político, Deputado Estadual, seja Governador do Estado, seja quem for, porque isso é inadmissível e nós vamos fazer isso com muita

seriedade, com firmeza, com a personalidade que permeia o meu trabalho na Assembleia Legislativa.

Era isso que eu tinha para dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra, ainda em Explicações Pessoais, o Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, eu estava inscrito e iria falar um pouco. V. Exa. me permite falar sentado, até porque não estou bem de saúde?

Sr. Presidente, eu queria falar um pouco de Segurança, mas vou abrir mão da minha inscrição, vou fazer o meu pronunciamento no dia de amanhã, quero fazer um pronunciamento sobre a questão de segurança, sobre a questão de veículo, Municípios, a distribuição, o número de efetivos. Há um grande problema na área de Segurança, por isso até eu fiz ali, Sr. Presidente, um desafio: se nós encontrarmos alguma pessoa satisfeita com a Segurança - não estou falando satisfeito com a Polícia Militar, com Polícia Civil, como está sendo gerida a Segurança do nosso Estado - que mandasse um e-mail para que pudéssemos relatar, porque na verdade, percorri o Estado do Paraná nos últimos 15 dias, e estive em Umuarama. O efetivo da Polícia Militar é uma vergonha, os veículos da mesma forma.

Estive em Paranavaí, o mesmo problema, não tem efetivo, não tem como quatro policiais darem segurança para uma população, porque há um revezamento.

Temos uma rodovia, Presidente Augustinho Zucchi, que V. Exa. se desloca de Curitiba, Lapa, União da Vitória, Pato Branco, temos uma rodovia aonde tem dois policiais rodoviários. Dois. Numa rodovia das mais movimentadas deste País.

Fico perguntando, não quero fazer a crítica pela crítica, porque até parece, e a forma com que é combatida a nossa crítica até parece que estamos fazendo pelo prazer, que está errado. Não é. É para alertar ao Secretário da Segurança, ao Líder do Governo, ao próprio Governo, que a Segurança do nosso Estado não está bem.

Estive em Piraquara semana passada. Quem lembrar de Piraquara, lembra da Segurança. A situação de Segurança da Região Metropolitana é uma catástrofe, ninguém mais sai de casa, porque não tem como sair. Quando chega a noite, todo mundo fica em casa.

Sr. Presidente, eu diminuo aqui o meu tempo, teria 10 minutos, fiz o uso desse tempo, agradeço V. Exa. por ter aceito minha inscrição para Explicações Pessoais, mas deixo para outra oportunidade, todos os números, dados que eu tenho da Segurança Pública do Estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. DEPUTADO JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, quero agradecer a deferência de poder dizer algumas palavras aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Jocelito, V. Exa. não precisa agradecer, estou cumprindo o Regimento, até 7h da noite, que é o horário que termina a Sessão, é o que resta para Explicações Pessoais, vou cumprir o Regimento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Quero lhe cumprimentar por isso, porque havia até anotado aqui, a minha assessoria me informava que o artigo 91, parágrafo 6º, exatamente determina isso, que o Parlamentar pode, até as 19h, usar as Explicações Pessoais. Obrigado, Sr. Presidente, cumprimento V. Exa. e a assessoria da Mesa por cumprir o Regimento desta Casa.

Aliás, acho que precisamos cumprir mais o Regimento. Quanto mais cumprimos o Regimento, automaticamente, mais chegaremos perto da legalidade, até porque nós fazemos lei.

Ouvi agora o pronunciamento do Deputado Marcelo Rangel, pena que ele não esteja aqui, já deixou a Sessão, não possa ouvir o que vou dizer, até porque eu o ouvi, ele usou alguns termos que eu sinceramente não usei, quando falei a respeito do aumento que ele fez. Eu não sou contra a Segurança, pelo contrário, acho que a Segurança temos que estar aumentando cada vez mais. Temos que estar lutando para trazer viaturas, equipamentos, aumentar o contingente, temos que estar sempre lutando por isso. Acho que é o mínimo que temos que fazer.

Acho que a Segurança também precisa melhorar, tem muitas coisas boas. Agora, já vi daquela tribuna o próprio Deputado Rangel dizer que fazer discurso é fácil. Ele disse aqui nesta Casa. Acusar-me de má-fé, de des-serviço à Cidade, de ter usado palavra de baixo calão, que me lembre aqui não falei nenhuma palavra de baixo calão, eu apenas disse que o Deputado teria usado, citei aquele exemplo de que um colunista social tem um slogan no País, ele não inventa, mas ele aumenta, isso não é ofender ninguém. Apenas fui buscar as informações. Só na Sessão de hoje o Deputado Marcelo Rangel, duas vezes, não inventou. É verdade, eu não disse que ele inventou, mas ele aumentou. Eu não ataquei, apenas disse: acho que é verdade. Eu não disse que ele inventou, eu disse que ele aumentou. É verdade! É só pegar as notas taquigráficas, tenho todo esse cuidado, porque sou um radialista muito cuidadoso com as coisas que faço e tenho um ouvido tão bom, acho que são esses anos de rádio que eu tenho. Deus me deu esse dom. Não tenho um vozeirão, mas tenho a criatividade de entender, de poder guardar as coisas. Quando ele falou, só nessa empresa são 30 viaturas, inclusive ambulâncias e UTI, palavras dele, está nas notas taquigráficas.

Fui buscar a informação, até para ver se era verdade. Veio a informação de que não era tudo aquilo que o Deputado Marcelo Rangel estava anunciando por aqui. Na verdade, não são 30 viaturas, são 13 viaturas. E algumas já liberadas hoje, outras liberadas amanhã, e quem usa carro popular, tem gente que usa carro importado, tem gente que adora uma Land Rover, esses carros mais modernos, tem gente que pode ter esses carros. Vi alguém reclamando do salário dos policiais, ganham pouco, concordo, mas não vi gente que tem carro luxuoso reclamar do seu salário. Não vi.

Enfim, só para corrigir, não ataquei a figura do Deputado Marcelo, pelo contrário, não posso ouvir que numa tarde, numa Sessão, diga duas vezes aqui e aumente. Não disse que ele inventou, não sou desleal, não seria desleal com esse jovem Parlamentar. Apenas disse que ele aumentou, é um costume que ele tem. Mas isso é natural, às vezes um jovem Parlamentar, empolgado, como disse agora o Deputado Rossoni, não queremos fazer a crítica por ser crítica. Ele fez um comentário duas vezes hoje e ele aumentou. Não falei nada de errado. Que me perdoe o Deputado Marcelo Rangel, o que foi que falei de errado, apenas disse que ele não inventou, mas aumentou. Pega as viaturas lá, veja onde estão as viaturas, os ônibus.

Amanhã vou entrar com um requerimento e quero solicitar ao Governo que quero ver a data que chegaram esses ônibus. Acabei de ver o Deputado Marcelo Rangel me acusar de má-fé, que estou falando palavras de baixo calão. Não falei nada de baixo calão. Fiz apenas uma comparação dele, com todo respeito, que ele não inventa, mas que ele aumenta. É verdade! As viaturas não são 30, são 13. Trinta para 13, até meu filho que tem nove anos sabe que de 30 para 13 tem 17 de diferença. E as viaturas de hoje são viaturas, com pastilhas, troca de óleo, tem viaturas que a troca às vezes demora um dia, ela entra, sai, normal. Mas amanhã vou pedir aqui e quero saber quanto foi que os ônibus vieram, porque também vi o Deputado Marcelo Rangel dizer aqui que faz três meses que os ônibus estão parados ali. Que eu me lembre, esses ônibus não estão há três meses, e olha que vou e volto todos os dias, venho de Ponta Grossa e volto. Acho que não faz três meses que esses ônibus estão aí. Se tiver, nem um mês. Não faz nem um mês que esses ônibus estão aí.

O que eu falei não é mentira, não estou inventando nada. Estou apenas colocando aqui que o Deputado Marcelo Rangel, pelo seu espírito de ser um comunicador, de ser um jovem, de fazer um programa de humor, de vez em quando esquece e pensa que está no rádio. Ele não inventa, Sr. Presidente, mas ele aumenta.

Agora, não posso me calar quando ele diz que eu uso de má-fé, que eu não represento meu povo. Eu represento com muito orgulho, tendo obras que conquistamos com trabalho, com luta, pelo nosso prestígio. Acredito que as coisas podem acontecer. Acredito! Tenho obras em Ponta Grossa que conseguimos com trabalho, com luta, com briga, com dedicação. Obras importantes e que são o orgulho da Cidade.

Eu não duvidei, como duvidaram alguns, de que o hospital de Ponta Grossa era uma casinha de bonecas, faltava o perfume, iria ser um cemitério. Está lá! Está lá! Eu não duvidei quando alguém lançou o aeroporto internacional maior que o de Nova Iorque! Eu apostei, ajudei, escrevi. Ajudei, mesmo sabendo que sonhar, qualquer um pode sonhar. Eu não duvidei, eu apostei.

E como o Deputado Marcelo Rangel carimbou o hospital regional de Memorial dos Campos Gerais, eu também vou fazer um projeto e colocar o aeroporto dele, também, de Memorial Oliveira, quem sabe, em homenagem ao aeroporto que vem aí, que eu ainda acredito que venha.

Enfim, Sr. Presidente, as palavras atribuídas a mim não cabem. Volto a dizer: não disse que ele inventou. Eu apenas disse que mais uma vez, só uma Sessão, ele aumentou. É crime aumentar? Não, não é crime aumentar, mas pega mal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

Com a palavra o próximo orador inscrito, em Explicações Pessoais, Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Nobre Deputado Luiz Claudio Romanelli, devido ao fato do plenário estar com poucos Deputados presentes, ia deixar para amanhã minhas Explicações Pessoais. Mas não poderia perder a oportunidade de abrir mão da honra de ocupar a tribuna com V. Exa. exercendo a presidência na tarde de hoje, da Assembleia Legislativa. É a primeira vez que o vejo ocupando esta função. Mas, tenho certeza de que no futuro talvez o senhor possa, em determinado momento, também estar, assim como faz o Deputado Nelson Justus, brilhantemente, exercendo esse cargo, a exemplo do que o senhor já faz na Liderança do Governo, com a qual muitas vezes temos embates, difíceis nesta Casa, pela nossa posição contundente e pela posição também dos senhores em relação a alguns assuntos.

É claro que existem divergências ideológicas, divergências de opinião, mas o importante é que temos um bom relacionamento pessoal, e as brigas de dentro do plenário ficam aqui no plenário. Aqui, o espaço é quase que como um confessionário, só que um confessionário público, é quase como uma sala de analista, de um psicanalista, mas pública, onde toda a população tem a oportunidade de verificar as ações do Parlamentar que elegeu e entender como este parlamentar está pensando.

Quando falo sobre isso, me vem à cabeça um filme extraordinário que tive o privilégio de assistir no último final de semana, com um dos maiores atores da televisão brasileira, que é o Carlos Vereza. Ele, no filme - eu sou católico, mas assisti a este filme - ele interpreta um dos precursores da doutrina kardecista no Brasil, que foi o Dr. Bezerra de Menezes, conhecido no Estado do Ceará como o Médico dos Pobres.

O Dr. Bezerra de Menezes, antes de se dedicar exclusivamente à Medicina e à pregação da doutrina kardecista, ele foi Deputado Estadual no Ceará. Um homem inteligentíssimo, culto, preparado, que fez o curso de Medicina graças a muito sacrifício, e eu recomendo, mesmo sendo católico, e esse filme faz uma certa abordagem da doutrina espírita, recomendo para os telespectadores da TV SINAL, recomendo para os Deputados, e remeti aqui o meu pensamento a esse filme para dizer exatamente que o Dr. Bezerra de Menezes coloca ali claramente algo que foi colocado também na revista Época na semana passada, pelo ex-baterista do conjunto O Rappa, que ficou paraplégico e hoje está em uma cadeira de rodas depois de ter sofrido um assalto, o Marcelo, que é exatamente um desprendimento em relação ao poder. Estamos aqui para servir à comunidade e não estamos aqui para nos servirmos do poder. A diferença entre o estadista e o político é que o político só pensa na próxima eleição, e o estadista pensa na próxima geração.

Portanto, esse é um apelo que sempre temos que fazer aqui na Assembleia Legislativa. Vamos juntos, senhoras e senhores, pensar na próxima geração, elaborar projetos que beneficiem a população paranaense como um todo, e é exatamente por isso que subi à tribuna, porque cabe uma explicação pessoal sobre um projeto de lei que protocolei na tarde de hoje nesta Casa. Quando apresento um projeto, prefiro não olhar nomes de pessoas que o projeto pode beneficiar ou pode prejudicar. Não faço projetos de lei para legislar em causa própria, nem projetos que acabem prejudicando eventuais adversários, nem projetos de lei que beneficiem amigos ou a mim mesmo. Mas, fiz um projeto, protocolei aqui hoje e quero esclarecer que inclusive tomei o cuidado de esperar que a pessoa que preside um partido, que é o meu partido, deixasse a presidência para só depois apresentar esse projeto, para não ser acusado de estar prejudicando alguém, até porque tive a idéia do projeto na semana passada. Mas, um projeto de lei com o objetivo de proibir que dirigentes partidários - leia-se presidente de partido, secretário executivo de partido, tesoureiro de partido - que empresas que tenham como sócio majoritário dirigentes partidários, possam participar de licitações públicas, de concorrências, de cartas-convite, tanto no âmbito das Secretarias Estaduais, das autarquias do Estado do Paraná, como também em todas as Prefeituras Municipais do nosso Estado.

Esse projeto é para punir alguém? Não. Esse projeto é para prejudicar alguém? Não. De maneira alguma, porque eu jamais legislaria nesse sentido. Mas, é um projeto para evitar, no futuro, problemas como os que temos visto recentemente na imprensa, que vêm alcançando ampla repercussão na grande mídia e que envolve negócios de dirigentes partidários com órgãos públicos. Então, queremos uma atenção especial deste Plenário para esse projeto de lei que veda a participação de sócios majoritários de empresas quando esses forem dirigentes partidários em licitações, concorrências, compras de

material de qualquer natureza, compras de serviços, prestação de obras etc.

Era isso o que eu tinha a dizer no horário das Explicações Pessoais. Apenas aproveitando o tempo que resta, fazer um convite aos Deputados, porque amanhã, por solicitação do nobre Deputado Estadual Elio Rusch, teremos uma reunião do grupo de trabalho de psiquiatria da Comissão de Saúde desta Casa. Quem irá presidir a reunião será a Deputada Rosane Ferreira, que é do grupo de psiquiatria da Comissão da Assembleia, sendo que o Deputado Elio Rusch tem um outro compromisso, eu também tenho um outro compromisso, mas chegaremos, com certeza, antes do término da reunião para dialogar com os representantes que estarão aqui em nome dos hospitais do Paraná, em nome do Ministério Público, representantes também convidados da Secretaria Estadual de Saúde, e aqui, diga-se de passagem, o Secretário Gilberto Martin, sempre que convidado, enviou a sua equipe para participar dos debates da Comissão de Saúde na Assembleia Legislativa.

E um outro convite, Deputado Romanelli, que eu não posso deixar de fazer, inclusive extensivo à sua pessoa, é para quinta-feira, no período da manhã, teremos aqui uma Sessão Solene da Rede Feminina de Combate ao Câncer, na verdade é o Dia de Combate ao Câncer, as senhoras, que são mais de 300 voluntárias da rede, vão passar o dia aqui tendo palestras, médicos conceituados estarão na Assembleia Legislativa explicando várias técnicas de prevenção a essa doença que tanto afeta a população brasileira, que é o câncer. Às 10h da manhã, durante o horário da Sessão matinal, teremos uma homenagem a essas mulheres voluntárias, corajosas, dedicadas, verdadeiras heroínas, que trabalham e que gastam horas e horas das suas vidas labutando na pediatria do Hospital Erasto Gaertner, aqui em Curitiba.

Convido os Deputados que venham, que conheçam essas mulheres valorosas. Dá gosto de ver, Deputada Rosane Ferreira, a aura positiva dessas mulheres. Parece que Deus ajuda quem ajuda o próximo. E essas voluntárias da rede são felizes, transmitem um sentimento positivo, uma energia boa, que só as pessoas que fazem o bem são capazes de transmitir. Então, convido os Deputados e Deputadas para que venham, na quinta-feira de manhã, prestigiar o Hospital Erasto Gaertner, prestigiar a Rede Feminina de Combate ao Câncer. E parabenizar todos os Deputados por estarem, a cada dia que passa, se empenhando mais em novos projetos em prol da população paranaense e na fiscalização, com coerência, com isenção e com independência, das ações do Poder Executivo, conforme confere a nós a Constituição Federal Brasileira e a Constituição Estadual.

Obrigado, Deputados aqui presentes; obrigado, Sr. Deputado Romanelli e parabéns pela presidência desta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Obrigado, Deputado Ney Leprevost. Quero dizer que também da mesma forma nutro por V. Exa., aliás,

também por toda a sua família, seu pai, sua mãe, pessoas que são meus amigos há tantos anos, e V. Exa. que vem de uma família que eu tenho o maior respeito.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 458/07 e 049/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 378, 553/08 e 052/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Indicações Legislativas

INDICAÇÃO LEGISLATIVA N° 998

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Nossa Senhora das Graças um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Nossa Senhora das Graças de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Nossa Senhora das Graças pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 26/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA N° 999

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Querência do Norte um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Querência do Norte de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Querência do Norte pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 26/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA N° 1000

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Luiziana um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Luiziana de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Luiziana pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1001

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Engenheiro Beltrão um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Engenheiro Beltrão de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Engenheiro Beltrão pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1002

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Kaloré um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Kaloré de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Kaloré pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1003

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Goioerê um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Goioerê de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Goioerê pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1013

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Quarto Centenário um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Quarto Centenário de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Quarto Centenário pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1032

Autoria da Deputada Cida Borghetti

SÚMULA:

Indica à Superintendência de Desenvolvimento Educacional, da Secretaria de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Castelo Branco.

Sr. Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, requer à Mesa seja oficiado à Superintendência de Desenvolvimento Educacional da Secretaria de Estado da Educação, Exmo. Sr. Luciano Mewes, solicitando do mesmo a doação de ônibus escolar para a Prefeitura do município de Castelo Branco.

A referida comunidade tem necessidade de ônibus para melhorar a qualidade do transporte escolar, sobretudo na área rural, propiciando condições de segurança para as crianças.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1033

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Aquisição de um (01) aparelho de laboratório de análises clínicas, para o pronto-socorro do município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Aquisição de um (01) aparelho de laboratório de análise clínicas, para pronto-socorro do município de Sarandi.

II - A apresentação da presente indicação que objetiva atender inúmeras solicitações da comunidade de Sarandi, que há muito reivindica a aquisição desse aparelho.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1034

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Aquisição de um (01) aparelho de Raio X, para o pronto socorro do município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Aquisição de um (01) aparelho de Raio X, para pronto-socorro do município de Sarandi.

II - A apresentação da presente indicação que objetiva atender inúmeras solicitações da comunidade

de Sarandi, que há muito reivindica a aquisição desse aparelho.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1035

Autoria do Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN a instalação de sinalizações de trânsito que abaixo especifica no município de Guairacá.

Sr. Governador, Sr. Diretor:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Diretor do DETRAN/PR a instalação de sinalização de trânsito vertical, horizontal e semafórica no município de Guairacá, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que a sinalização de trânsito é fundamental seja para aumentar a segurança de pedestres e motoristas, seja para organizar de modo racional o tráfego das localidades. Ocorre que no interior do estado existem cidades em que a sinalização ou é deficitária ou até inexistente. Há, ainda, outras localidades em que a sinalização existente está em estado precário e necessita, portanto, de urgentes reparos.

No município de Guairacá não é diferente: existem áreas carentes de sinalização e outras em que as placas existentes estão gastas ou enferrujadas. Em razão disso, torna-se de fundamental importância a instalação de nova sinalização de trânsito, de todas as espécies (horizontal, vertical e semafórica), bem como a substituição das placas que já estão gastas por novas.

Certos de poder contar com o apoio, na solução destes problemas, do Governo do Estado do Paraná, dirigimo-nos ao Sr. Diretor do DETRAN/PR, na esperança de que o presente pleito da comunidade de Guairacá seja atendido, porquanto se trata de reivindicação justa e fundamentada.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1036

Autoria da Deputada Rosane Ferreira

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião, e ao Secretário de Estado da Saúde, Dr. Gilberto Berguio Martin, a doação de uma ambulância para o município de Contenda/PR.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião - Governador do Estado e ao Ilmo. Sr. Dr. Gilberto Berguio Martin - Secretário de Estado da Saúde:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - Solicita a doação de 01 (uma) ambulância para o município de Contenda/PR.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Brasileira de 1988 garante à todos os cidadãos o direito à saúde como premissa básica no exercício da cidadania do ser humano, constituindo-se de extrema relevância para a sociedade, pois a saúde diz respeito à qualidade de vida, escopo de todo cidadão, no exercício de seus direitos. Além disso, o direito à vida e à saúde dentre outros, aparecem como consequência imediata da consagração da dignidade da pessoa humana como fundamento da sociedade.

A saúde é concebida como direito de todos e dever do estado, que a deve garantir mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, regendo-se pelos princípios da universalidade e da igualdade de acesso às ações e serviços que a promovem, protegem e recuperam. Assim, sugerimos a doação de uma ambulância para o município de Contenda, com a finalidade de proporcionar maior acesso à saúde para a população e que, certamente, em muito contribuirá para com a saúde dos munícipes desta região.

Desta forma, peço o apoio dos nobres Pares para que seja aprovada esta indicação.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1037

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Goioerê.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Goioerê.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Goioerê.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promo-

ver sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não frequentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1038

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Formosa do Oeste.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Formosa do Oeste.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Formosa do Oeste.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição

como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1039

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Cruzeiro do Oeste.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Cruzeiro do Oeste.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1040

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Cidade Gaúcha.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do

Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Cidade Gaúcha.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Cidade Gaúcha.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1041

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Cambará.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Cambará.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Cambará.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1042

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município da Barra do Jacaré.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município da Barra do Jacaré.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal da Barra do Jacaré.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não frequentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1043

Autoria do Deputado Osmar Bertoldi

SÚMULA:

Instalação de câmaras de segurança, com o recurso de gravação, nas instalações e equipamentos públicos municipais.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, com fundamento no artigo 127 do Regimento Interno desta Casa, indica ao Exmo. Sr. Beto Richa, DD. Prefeito do município de Curitiba, a instalação de câmeras de segurança, com o recurso de gravação, nas instalações e equipamentos urbanos com grande fluxo e movimento de pessoas.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

É público e notório que a violência urbana vem aumentando consideravelmente e uma das formas de prevenir a sua escalada é a instalação de câmeras de segurança em locais de grande movimentação e fluxo de pessoas. A instalação dos equipamentos representará não apenas uma maneira de desestimular a ação de agentes delituosos, mas também para ampliar o nível de segurança e proporcionar meios para investigação e elucidação de crimes. Esse recurso auxiliar já vem sendo adotado com sucesso por muitos estabelecimentos privados. Os sistemas de segurança por meio de câmera evoluíram muito nos últimos anos e apresentam, atualmente, muitas opções de preço e qualidade. Em geral, os sistemas atuais permitem a visualização das imagens de forma nítida e com alcance variado.

Um grande diferencial nas câmeras é justamente os detalhes de imagem que ela consegue apresentar. A qualidade da gravação é de fundamental importância na aplicação de segurança. Pouco ou nenhum valor possui uma imagem gravada que não permite identificar os autores dos eventos. Na maioria dos casos é preciso identificar detalhes, tais como fisionomias, cores, ferramentas e utensílios portados, etc. E, atualmente, não é possível mais justificar a não utilização desse recurso tecnológico por conta do volume de recursos financeiros necessários para sua instalação e manutenção, pois os custos caíram vertiginosamente devido ao avanço tecnológico e a ampliação do consumo. Portanto, quando se trata de salvaguardar a vida humana, o poder público deve agir prontamente e em consonância com os avanços tecnológicos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1044

Autoria da Deputada Cida Borghetti

SÚMULA:

Solicita ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Segurança Pública o restabelecimento da aposentadoria das policiais civis.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, indica à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando dos mesmos a regularização da aposentadoria das policiais civis, na forma do estabelecido na Lei Complementar nº 093, de 15/07/02.

Cabe salientar que o Governador do Estado, apesar de ter sancionado a Lei Complementar nº 093/02, apresentou ADIN arguindo a inconstitucionalidade da referida lei. Essa ADIN ainda não teve o julgamento do mérito e não há concessão de liminar. Contudo, policiais civis aposentadas há mais de cinco anos estão sendo chamadas para retornar ao trabalho sem insígnia e sem arma.

É lamentável o tratamento dado a essas funcionárias públicas da segurança e cabe a esta Assembléia e ao Poder Executivo efetuar o restabelecimento da referida legislação. Persistindo a decisão do Poder Executivo em considerar inconstitucional a lei Complementar nº 093/02, solicita-se o envio à Assembléia de projeto de lei restabelecendo a aposentadoria especial das policiais civis do Paraná.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1045

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) um ônibus escolar, para o município de Jussara.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Liberação de (01) um ônibus escolar para o município de Jussara.

II - Estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do município de Jussara, que há muito reivindica um ônibus escolar para atender os alunos do município e região.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1046

Autoria do Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN a instalação de sinalizações de trânsito que abaixo especifica no município de Inajá.

Sr. Governador, Sr. Diretor:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Diretor do DETRAN/PR a instalação de sinalização de trânsito vertical, horizontal e semaforica no município de Inajá, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que a sinalização de trânsito é fundamental seja para aumentar a segurança de pedestres e motoristas, seja para organizar de modo racional o tráfego das localidades. Ocorre que no interior do estado existem cidades em que a sinalização ou é deficitária ou até inexistente. Há, ainda, outras localidades em que a sinalização existente está em estado precário e necessita, portanto, de urgentes reparos.

No município de Inajá não é diferente: existem áreas carentes de sinalização e outras em que as placas existentes estão gastas ou enferrujadas. Em razão disso, torna-se de fundamental importância a instalação de nova sinalização de trânsito, de todas as espécies (horizontal, vertical e semaforica), bem como a substituição das placas que já estão gastas por novas.

Certos de poder contar com o apoio, na solução destes problemas, do Governo do Estado do Paraná, dirigimo-nos ao Sr. Diretor do DETRAN/PR, na esperança de que o presente pleito da comunidade de Inajá seja atendido, porquanto se trata de reivindicação justa e fundamentada.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1059

Autoria do Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN a instalação de sinalizações de trânsito que abaixo especifica no município de Paraíso do Norte.

Senhor Governador, Senhor Diretor:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Diretor do DETRAN/PR a instalação de sinalização de trânsito vertical, horizontal e semaforica no município de Paraíso do Norte, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que a sinalização de trânsito é fundamental seja para aumentar a segurança de pedestres e motoristas, seja para organizar de modo racional o tráfego das localidades. Ocorre que no interior do estado existem cidades em que a sinalização ou é deficitária ou até in-

xistente. Há, ainda, outras localidades em que a sinalização existente está em estado precário e necessita, portanto, de urgentes reparos.

No município de Paraíso do Norte não é diferente: existem áreas carentes de sinalização e outras em que as placas existentes estão gastas ou enferrujadas. Em razão disso, torna-se de fundamental importância a instalação de nova sinalização de trânsito, de todas as espécies (horizontal, vertical e semafórica), bem como a substituição das placas que já estão gastas por novas.

Certos de poder contar com o apoio, na solução destes problemas, do Governo do Estado do Paraná, dirigi-mo-nos ao Sr. Diretor do DETRAN, na esperança de que o presente pleito da comunidade de Paraíso do Norte seja atendido, porquanto se trata de reivindicação justa e fundamentada.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1148

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Itambé uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Itambé de recursos para a construção de uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de bibliotecas nos municípios deste estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no município de Itambé.

Itambé possui uma população de mais de 5.900 habitantes, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1049

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Itambé um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do

Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Itambé de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de ensino fundamental deste estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Educação, através do item 2138, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, cuja meta ou ação é número 037, que se refere à aquisição de veículos para o transporte escolar, no município de Itambé.

Itambé possui uma população de mais de 5.900 habitantes, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1150

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Santa Fé uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Santa Fé de recursos para a construção de uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de bibliotecas nos municípios deste estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no município de Santa Fé.

Santa Fé possui uma população de mais de 9.784 habitantes, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1151

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Quarto Centenário uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades

acima citadas a destinação ao município de Quarto Centenário de recursos para a construção de uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de bibliotecas nos municípios deste estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no município de Quarto Centenário.

Quarto Centenário possui uma população de mais de 29.000 habitantes, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1152

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Kaloré uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Kaloré de recursos para a construção de uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de bibliotecas nos municípios deste estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no município de Kaloré.

Kaloré possui uma população de mais de 4.700 habitantes, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1153

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Goioerê uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos

do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Goioerê de recursos para a construção de uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de bibliotecas nos municípios deste estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no município de Goioerê.

Goioerê possui uma população de mais de 29.000 habitantes, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1154

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Querência do Norte uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Querência do Norte de recursos para a construção de uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de bibliotecas nos municípios deste estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no município de Querência do Norte.

Querência do Norte possui uma população de mais de 11.900 habitantes, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1155

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Engenheiro Beltrão uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Engenheiro Beltrão de recursos para a construção de uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de bibliotecas nos municípios deste estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no município de Engenheiro Beltrão.

Engenheiro Beltrão possui uma população de mais de 13.900 habitantes, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1156

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Nossa Senhora das Graças uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Nossa Senhora das Graças de recursos para a construção de uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de bibliotecas nos municípios deste estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no município de Nossa Senhora das Graças.

Nossa Senhora das Graças possui uma população de mais de 4.000 habitantes, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1157

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja

destinado ao município de Ourizona uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Ourizona de recursos para a construção de uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de bibliotecas nos municípios deste estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no município de Ourizona.

Ourizona possui uma população de mais de 3.300 habitantes, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1158

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Ivatuba uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Ivatuba de recursos para a construção de uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de bibliotecas nos municípios deste estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no município de Ivatuba.

Ivatuba possui uma população de mais de 2.800 habitantes, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1159

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto

Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Ivaiporã uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Ivaiporã de recursos para a construção de uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de bibliotecas nos municípios deste estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no município de Ivaiporã.

Ivaiporã possui uma população de mais de 31.400 habitantes, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1160

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Florai uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Florai de recursos para a construção de uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de bibliotecas nos municípios deste estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no município de Florai.

Florai possui uma população de mais de 5.100 habitantes, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1161

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Doutor Camargo uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Doutor Camargo de recursos para a construção de uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de bibliotecas nos municípios deste estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no município de Doutor Camargo.

Doutor Camargo possui uma população de mais de 5.700 habitantes, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1162

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Inajá uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Inajá de recursos para a construção de uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de bibliotecas nos municípios deste estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no município de Inajá.

Inajá possui uma população de mais de 2.900 habitantes, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17/12/08.

(a) NELSON JUSTUS